



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo**  
**Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância**

**Projeto Pedagógico de Curso de Pós-Graduação Especialização em Docência  
para a Educação Profissional e Tecnológica- DocentEPT**

Vitória – ES – 2023

**Reitor**

Jadir José Pela

**Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação**

André Romero da Silva

**Diretor de Pós-graduação**

Danielle Piontkovsky

**Diretor-Geral/ Cefor**

Aline Freitas da Silva de Carvalho

**Diretoria de Pesquisa do Cefor**

Márcia Gonçalves de Oliveira

**Comissão de Elaboração do PPC**

Reelaboração: Larissy Alves Cotonhoto, Mariella Berger  
Andrade e José Mário Costa Junior  
(Portaria Nº 499, de 3 de março de 2023)

**Colaboradores no projeto inicial: Olivier Allain, Marilza Regattieri, Joelma Kremer,  
Crislaine Gruber, Joedna Hubner, Monica Costa Arrevabeni, Danielli Veiga Carneiro  
Sondermann, Wesley Vitor da Silva.**

**Coordenação do Curso**

Larissy Alves Cotonhoto

**Assessoramento Pedagógico**

Paulo Roberto Wollinger

# Sumário

<b>1. Identificação do Curso</b>	<b>5</b>
<b>2. Caracterização da Proposta</b>	<b>6</b>
2.1. Apresentação e Contextualização Institucional	6
2.1.1. Breve histórico da EaD no Ifes	6
2.1.2. Fundamentos para a construção do PPC	8
2.1.2.1. Formação para o trabalho e para a técnica: concepções basilares	8
2.1.2.2. Dimensão epistemológica da Educação Profissional e Tecnológica	10
2.1.2.3. Outras dimensões do trabalho	11
2.1.2.4. Dimensão social do trabalho e da técnica	14
2.1.2.5. A formação dos Educadores de Trabalhadores	14
2.1.2.6. Princípios Educacionais	15
2.1.3. Viabilidade técnica	16
2.2. Justificativa	20
2.2.1. Exigência Legal	20
2.2.2. Desafios para a ampliação da Oferta de EPT	20
2.3. Objetivo Geral	22
2.4. Objetivos Específicos	22
2.5. Público-alvo	22
2.6. Perfil do Egresso	23
2.7. Infraestrutura	23
2.7.1. Instalações gerais e equipamentos	23
2.7.2. Polos	24
2.7.3. Biblioteca	24
2.8. Fontes de Recursos Orçamentários e Outras Receitas	25
2.9. Plano de Aplicação Financeira de Cursos em Convênio	25
2.9.1. Custo Total do Projeto	25
<b>3. Corpo Docente e Técnico do Curso</b>	<b>26</b>
3.1. Corpo Docente do Curso:	29
3.2. Corpo Técnico do Curso:	32
3.3. Coordenação e Corpo Docente do Curso	32
<b>4. Matriz Curricular</b>	<b>32</b>
4.1. Componentes Curriculares ou Disciplinas:	33
4.1.1. Certificações Intermediárias	34
4.1.2. Diplomação	34
4.2. Ementário	34

4.2.1. Metodologia	48
4.2.2. Avaliação do Processo Ensino e de Aprendizagem	50
4.2.3. Trabalho Final de Curso - TFC	51
4.2.4. Atividades de atendimento aos estudantes	52
<b>5. Estágio</b>	<b>52</b>
<b>6. Avaliação do curso</b>	<b>52</b>
<b>7. Referências</b>	<b>52</b>

## 1. Identificação do Curso

Nome do Curso	Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica				
Código/Área de Conhecimento	7.08.00.00-6 – Educação <a href="#">7.08.07.07-8 – Ensino Profissionalizante</a>				
UA <sup>1</sup> Responsável	Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor)				
Carga Horária Total <sup>2</sup>	460	Duração <sup>3</sup> (meses)	12	Nº de vagas	3500
Modalidade	<input type="checkbox"/> Presencial - <input type="checkbox"/> Semipresencial - <input checked="" type="checkbox"/> A Distância				
Polos	O curso será ofertado em 27 polos				
Outras Instituições participantes	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec)				
Assessoramento Pedagógico	Paulo Roberto Wollinger e apoios pedagógicos contratos via edital de processo seletivo				
Período previsto para realização do curso <sup>4</sup>					
( x ) Oferta Regular – Início em:					
( x ) Oferta única – Início em: Agosto/2023      Término em: Julho/2024					
Replicável a critério do Ministério da Educação.					
Coordenador					
Nome	Larissy Alves Cotonhoto				
E-mail	<a href="mailto:larissy.cotonhoto@ifes.edu.br">larissy.cotonhoto@ifes.edu.br</a>		Telefone	+55 (27) 3198-0903	
Carga horária Ifes	40h	Carga horária dedicação ao curso	20h		
Área de formação	Educação				
Link do Currículo Lattes	<a href="http://lattes.cnpq.br/5973420305050319">http://lattes.cnpq.br/5973420305050319</a>				
<u>Resumo do Currículo Lattes</u>					
Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia (1994) e em Pedagogia pela Universidade de Uberaba (2012). Possui mestrado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2001) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2014). Participou do Observatório Nacional de Educação Especial e do Observatório Estadual de Educação Especial do Espírito Santo. Atualmente é professora EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, lotado no Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância - CEFOR. Tem experiência na área de Psicologia, Educação, Educação Especial e Educação a Distância. Pesquisa temas como: aprendizagem, desenvolvimento, formação de professores, educação especial, inclusão, autismo, deficiência intelectual, EaD, acessibilidade e tecnologias educacionais.					
Secretaria do Curso					
Servidor responsável pela Secretaria	Servidor a ser contratado via edital, com 30h de trabalho.				
<u>Endereço, telefone, e-mail da Secretaria do curso:</u>					
Rua Barão de Mauá, 30 - Jucutuquara, Vitória - ES, 29040-860					
<u>Horário/Dia de Funcionamento da Secretaria:</u>					
Segunda a sexta-feira, das 13h às 19h.					

<sup>1</sup> UA – Unidade Administrativa: Campus, Centro de Referência; Polo de Inovação; Reitoria.

<sup>2</sup> Observar artigo 7º inciso I da Resolução CNE Nº 1/2018; artigo 54 ROD da Pós-graduação

<sup>3</sup> Observar artigo 54 §2º e §3º do ROD da Pós-graduação do Ifes

<sup>4</sup> Para entender sobre oferta única e regular, consultar ROD da Pós-graduação, artigo 42.

## **2. Caracterização da Proposta**

### **2.1. Apresentação e Contextualização Institucional**

O objeto desta proposta é a nova oferta do Curso de Pós-graduação Especialização Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, na qual a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), do Ministério da Educação (MEC), por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED) de número 8747, está implementando o presente projeto como um dos objetos, doravante denominado DocentEPT, para formação de professores para as ofertas de Educação Profissional nas redes estaduais de educação. O DocentEPT ofertará o curso de Pós-Graduação Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade a distância, em todo o território nacional, em polos de apoio presencial, cujo financiamento está a cargo da SETEC-MEC.

#### **2.1.1. Breve histórico da EaD no Ifes**

Ao historicizarmos a EaD no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), verificamos que o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), criado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2005 impulsionou a oferta de cursos de graduação por meio de uma parceria entre governo federal, Ifes e municípios. O Ifes participou, em 2006, do primeiro edital da UAB e teve aprovada a proposta do curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (TADS). Para dar apoio ao desenvolvimento da Educação a Distância (EaD) no Ifes, nesse mesmo ano, foi criado o Centro de Educação a Distância (Cead). Em 2007, foi lançado o programa Rede e-Tec Brasil, visando à oferta de Educação Profissional e Tecnológica a distância, com o propósito de ampliar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos. Nesse programa, o MEC é responsável pela assistência financeira na elaboração dos cursos, enquanto aos estados, Distrito Federal e municípios caberiam a estruturação dos demais itens para a organização dos cursos.

Em 2009, aconteceu a implantação do curso Técnico em Informática (TI), fomentado pela Rede e-Tec Brasil, e, pela UAB, o curso Licenciatura em Informática (LI), além de uma nova oferta do TADS. Em 2010, aconteceu, com fomento da UAB, a implantação dos cursos de pós-graduação Especialização em Educação para Jovens e Adultos (EJA), Educação Profissional e Tecnológica (EPT), Gestão Pública Municipal (GPM) e Informática na Educação (IE). Em 2011, aconteceram novas ofertas dos cursos dos programas e-Tec e UAB e, em 2012, além da abertura de mais vagas para os cursos de pós-graduação e técnico, foi implantada a Licenciatura em Letras/Português. Em 2013, o Ifes promoveu a terceira oferta dos cursos de graduação TADS e LI, além da quarta oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu EJA, EPT e IE. Nesse mesmo ano ocorreu, ainda, a implantação do curso Técnico em Administração.

Em 2014, com o objetivo de fomentar e apoiar a Educação a Distância e o uso de tecnologias na educação no Ifes e de trabalhar a formação de professores e demais profissionais da educação, o Cead foi transformado em Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor). Nesse ano aconteceram as reofertas dos cursos de pós-graduação lato sensu e do Técnico em Administração, além da implantação do curso de Complementação Pedagógica em Letras/Português, Matemática, Física, Biologia e Química.

Em 2015, o Cefor iniciou a oferta do primeiro curso sem fomento externo dos programas federais, a Pós-graduação lato sensu em Tecnologias Educacionais. Esse foi um importante passo no caminho rumo à institucionalização da EaD no Ifes. Além disso, iniciaram-se quatro cursos técnicos do Profucionário, fomentado pela Rede e-Tec Brasil. O objetivo era a formação de profissionais em serviço na Educação Básica Pública. Um destaque foram os cursos do programa Profucionário: Técnico em Alimentação Escolar, Técnico em Infraestrutura Escolar, Técnico em Multimeios Didáticos e Técnico em Secretaria Escolar.

Em 2016, o Cefor ofertou novamente a Pós-graduação lato sensu em Tecnologias Educacionais, além de aproximadamente 25 cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Além disso, houve um esforço para a institucionalização da EaD, reformulando metodologias, normas institucionais e planejando novas formas de construir a EaD sem fomento, mas mantendo a qualidade que é própria dos cursos do Ifes.

Em 2017, foram abertas novas turmas de cursos com fomento do sistema UAB, a saber: cursos de graduação LI e Letras/Português; Complementação Pedagógica; as pós-graduações EPT e IE, além de novos cursos como a Pós-graduação lato sensu em Educação: Currículo e Ensino; Ensino Interdisciplinar em Saúde e Meio Ambiente na Educação Básica e Metodologias e Práticas para o Ensino Fundamental. Houve, ainda, a oferta de novo curso de pós-graduação lato sensu institucionalizado (sem fomento): Práticas Pedagógicas para Professores.

Em 2018, foram oferecidos pelo Cefor diversos aperfeiçoamentos, dentre eles o curso de Educação e Ambiente e o curso Inclusão e Educação Especial, além de 25 cursos de Formações Iniciais e Continuadas (FIC), como os cursos Formação de Professores para EaD, Formação de Tutores para EaD e Tecnologias Digitais como apoio ao aprendizado de Matemática. Além disso, nesse ano, aconteceu a primeira oferta do curso Técnico em Multimeios Didáticos, sem fomento de programas federais.

Em 2019, além de nova oferta de cursos FIC, técnico e de pós-graduação institucionalizados, o Ifes foi reconhecido para ofertar EaD com nota 5, a máxima na avaliação.

Ainda em 2019, o Cefor fez sua primeira oferta em rede sem fomento externo, com o curso de Pós-graduação Lato Sensu em Práticas Pedagógicas para Professores, tendo dez campi como polo presencial. No fim de 2019 o Cefor lança a plataforma de cursos MOOC (do inglês, Massive Open Online Courses)., no formato MOOC. Esses cursos abertos têm como características serem abertos ao público em geral, sem processo seletivo; com certificação online após aproveitamento mínimo de 60% do curso; e carga horária máxima de 60 horas.

Em 2020, o Ifes oferta quatro cursos de Pós-graduação e Aperfeiçoamento totalmente a distância.

Durante os anos de 2020 e 2021, em meio a pandemia do COVID 19, o Cefor manteve todos os seus cursos a distância (técnico, pós-graduações e FICs), além de promover a formação dos servidores do Ifes para atuarem no modelo de ensino remoto. No Ifes o ensino remoto foi denominado Atividades Pedagógicas Não Presenciais, sendo realizado preferencialmente no Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle) que é gerenciado pelo

Cefor.

Atualmente, o Ifes conta com cursos técnicos, de graduação, pós-graduação em EaD e cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) de ensino e extensão, ofertados por diversos campi. A instituição também oferta cursos abertos, que seguem a tendência mundial de cursos 100% on-line, no formato MOOC (do inglês, Massive Open Online Courses). Esses cursos abertos têm como características serem abertos ao público em geral, sem processo seletivo; com certificação online após aproveitamento mínimo de 60% do curso; e carga horária máxima de 60 horas.

## **2.1.2. Fundamentos para a construção do PPC**

### ***2.1.2.1. Formação para o trabalho e para a técnica: concepções basilares***

Em uma primeira definição, a Educação Profissional é a formação para o trabalho. O trabalho, por sua vez, pode ser entendido como a atividade social humana de produção de bens e serviços que mantém nossa existência. As atividades que cada um de nós desempenha ao longo de sua vida laboral como parte de uma sociedade dinâmica, organizada em torno de profissões diversas e em permanente transformação, em cultura e garantem a dinâmica social.

A espécie humana distingue-se dos animais de várias formas, como: a linguagem, a religião, a arte etc. Além disso, uma das principais características da nossa humanização é a utilização de ferramentas e métodos para produzir os meios para nossa existência e, em geral, nossos modos de vida. Assim, o homo sapiens (definição da Biologia) é, também, um homo faber, isto é, fabrica seus meios de vida (conceito já elaborado por filósofos como Bergson, Arendt, Weill, Sennett, entre outros).

A capacidade humana de fabricar e utilizar instrumentos, ferramentas e métodos para produção de existência chama-se técnica. Assim, a técnica é a propriedade caracteristicamente humana de utilizar os mais variados recursos materiais e imateriais para produzir seu alimento, indumentária, habitação, remédios, cinema, literatura, e assim por diante. Ou, ainda, retomando as palavras da historiadora da técnica da Sorbonne, Anne-Françoise Garçon, a técnica pode ser descrita de forma geral como: “esta particularidade que tem o homem de inventar ferramentas e procedimentos para agir de modo durável e reproduzível sobre seu ambiente” (2005, p. 2). No entanto, vale prestar atenção nas considerações da autora em relação a essa definição, aparentemente simples:

Cada palavra conta nesta definição: a técnica, enquanto capacidade humana, repousa menos sobre a sua capacidade de usar ferramentas, também presente em alguns animais, do que sobre sua capacidade de memorizar o seu uso, de reproduzir e potencializar seus efeitos. O homo technicus transforma um objeto qualquer em ferramenta, memoriza seu uso, valida este uso e o transmite. Consequentemente, a técnica é um processo complexo que insere o gesto em um conjunto cognitivo mais amplo, que cria este conjunto cognitivo conjugando a ação, a reflexão e a memorização. Não há técnica sem trabalho, no sentido hegeliano do termo, isto é, sem elaboração permanente, sem re-questionamento permanente de si pelo indivíduo e da coletividade. Resulta disso, e eis uma questão capital, que a técnica é por definição um processo normatizado, que funciona intrinsecamente por

níveis. Normatizada por essência, a técnica engendra por essência a historicidade. Há um hiato grande, entretanto, entre tal essência e sua visibilidade. O homem, ser técnico, tem dificuldade em aceitar-se como tal. Ele tem dificuldade em perceber tudo o que deve a esta aptidão que o funda, em aceitar em que medida a sua relação com a técnica o constrói, em que medida ela pode colocá-lo em perigo em seu ambiente e em sua humanidade. Pouco numerosos, os filósofos da técnica são pouco lidos, pouco divulgados e mal ouvidos, mesmo neste tempo de desregulamentação planetária antrópica. Não obstante o ambiente, a relação do homem com a técnica permanece abandonada na reflexão ontológica.

Dito isso, por já estarmos mergulhados em um mundo assim organizado, mas não percebido como tal, nem sempre reconhecemos a importância de cada uma das nossas profissões. Rose (2007 apud BARATO, 2015, p. 21) relata, inclusive, o “fenômeno da invisibilidade de muitos trabalhos e trabalhadores”, o que reflete uma escala de valores sociais das profissões.

Compreendendo a técnica como a capacidade humana de transformar a natureza e as práticas culturais para sua existência, entendemos que, quando tomamos uma faca e descascamos um alimento para, em seguida, cozinhá-lo e temperá-lo para ser servido, a técnica culinária está em ação para nos alimentarmos. A técnica é, portanto, o nome de grande parte dos modos de intervenção no mundo de que dispomos, desde os mais básicos para a produção da existência, tornando-se um desafio complexo para nós, em comparação com os demais animais, já que não procedem a intervenções conscientes para produção de sua existência, sendo providos pelo ambiente. Por exemplo, quanta técnica foi envolvida e quantos técnicos trabalharam no famoso acelerador de partículas do Centro Europeu de Pesquisa Nuclear - CERN? Quanta técnica o escritor, o ator ou o cineasta usam para lapidar sua obra? De quanta técnica necessitamos a cada dia para satisfazer necessidades básicas? Ao tomarmos o café da manhã, uma infinidade de técnicas foram empregadas para o plantio, colheita, processamento, embalagem e distribuição do café, que nos aparece apenas como um objeto num recipiente à nossa estante, em que muitas vezes ignoramos todo o esforço humano ali inserido para que esse simples evento de fazer um café se materialize.

Por meio da linguagem e, mais amplamente, do compartilhamento da experiência, as gerações vão se apropriando dos saberes e dos fazeres da técnica, que elas reproduzem, alteram ou transformam diante de novos desafios. Às vezes, esquecem técnicas, também, seja porque delas não precisam mais ou porque outras ganharam predomínio social ou econômico. Em todo caso, a inovação está relacionada a essa abertura de outras possibilidades para as comunidades, que se dá nos diversos mecanismos de articulação e disseminação de saberes. Um importante mecanismo nesse processo de disseminação é a educação profissional. Constatamos, então, que todo trabalho, toda profissão, envolve o uso de técnicas. Álvaro Vieira Pinto, importante filósofo brasileiro da técnica, chega à seguinte definição: enquanto atividade, o trabalho pode ser considerado o exercício social da técnica (VIEIRA PINTO, 2005).

Importante destacar que não há compartilhamento de técnicas nem Educação Profissional e Tecnológica (EPT) sem a dimensão da experiência. Pode-se falar a respeito de uma

técnica, pode-se entender os procedimentos e os conceitos envolvidos, sem, contudo, saber pô-la em prática. Uma característica peculiar da EP é reconhecer o fazer como fonte privilegiada de saber.

Dessa forma, não é apenas na oferta escolar tradicional, que privilegia a experiência abstrata ou teórica, cuja importância não nos ocorre contestar, que os valores são aprendidos (BARATO, 2015). É na ação que muitos dos valores que pretendemos transmitir são significados e apreendidos, especialmente em situações de aprendizagem de uma profissão, quando um modo de interação muito particular com a sociedade se organiza e uma relação especial do sujeito aprendiz com sua obra se estabelece.

### **2.1.2.2. Dimensão epistemológica da Educação Profissional e Tecnológica**

As concepções iniciais sobre técnica, apresentadas aqui, válidas para qualquer tempo, lugar ou sociedade, nos levam a apreciar sua importância. Do despertar pela manhã até o momento de dormir, estamos envolvidos em técnicas. Mas, então, por ser tão fundamental na construção da espécie humana, a técnica não mereceria, como outros campos do saber, uma epistemologia, ou seja, uma ciência, com a formulação de princípios e fundamentos, descrições (uma tecnologia), métodos etc.?

Ora, já existe, fora do senso comum, uma ciência da técnica: a tecnologia (techne + logos) (VIEIRA PINTO, 2005, SIGAUT, 2009). Essa ciência compreende a técnica sempre como atividade consciente e planejada, que vai além da mera repetição de tarefas mecânicas, da “mera” imitação.

Nesse sentido, a formação técnica nunca pode ser confundida com a metáfora do “apertador de parafusos” chapliniana, pois trata de um sujeito pensante, atuante, muitas vezes criativo (ROSE, 2007). Há um pensar do e no fazer. Teóricos do ensino da EP falam em “conceitualização na ação” (PASTRÉ, 2017; VERGNAUD; PASTRÉ; MAYEN, 2019) por parte do sujeito no trabalho. A própria consciência humana se torna possível como efeito da ação do ser humano sobre o mundo (SIGAUT, 2012). Não por acaso, Vieira Pinto requalifica a técnica como adjetiva do ser humano, isto é, passa a identificar a qualidade específica do ato humano intencional de construção da existência (também chamado por Marcel Mauss de “ato tradicional eficaz” (2002, p.9)), ao mesmo tempo em que indica sua constituição ontológica, a de um ser que se faz fazendo-se.

Assim, pensada como ciência da técnica, a tecnologia deixa de se confundir com uma simples aplicação da ciência. Isso porque as técnicas têm características próprias, um desenvolvimento próprio, e envolvem um acúmulo de saberes nem sempre pertencentes ou reconhecidos nas demais disciplinas científicas, apesar de muitas vezes se nutrirem delas. As técnicas agrícolas, por exemplo, desenvolveram-se durante séculos sem a constituição de uma ciência agrária prévia (SIGAUT, 1985). Aos poucos, a Agronomia surgiu e passou a conviver interativamente com as técnicas agrícolas. O laço estreito entre as ciências e as técnicas, contudo, não deve apagar as especificidades mencionadas e sim intensificar o diálogo.

Em consequência dessa abordagem de cunho mais epistemológico, acedemos à compreensão de que a formação técnica não pode ser mera decorrência de uma formação

científica. Entende-se, também, que a formação para a técnica e para o trabalho requer grande esforço formativo. Torna-se ilusória, pois, a crença de que, formando cientificamente o sujeito, ele poderá exercer diversas técnicas, supostamente “derivadas” das ciências. Uma técnica da Eletrotécnica, Enfermagem, Química, Radiologia etc., envolve saberes e intervenções que podem ter (ou não) origem nas disciplinas científicas, mas que se constituem numa área técnica, numa tradição laboral ou num conjunto de procedimentos de uma corporação profissional. Claro que as técnicas se conectam e se apoiam em conhecimentos científicos diversos, tanto das chamadas ciências “exatas” como nas “humanas”, mas suas especificidades extrapolam-nas. Sua riqueza aparece em nossos currículos de cursos técnicos e resiste à crença em uma formação científica genérica que as englobaria.

Por exemplo, um Técnico em Eletrotécnica em atividade em seu ambiente de trabalho desempenha um conjunto de atividades, tarefas, protocolos, que vão muito além do domínio da eletricidade como disciplina da Física. Sua prática está muito mais associada à cultura profissional desenvolvida no ambiente de trabalho com os demais colegas da mesma atividade ou de atividades correlatas, do que ao simples domínio dos princípios da eletricidade e magnetismo (os quais fazem parte de sua formação). Dessa forma, é necessário que a formação técnica esteja referenciada ao ambiente, valores, práticas, métodos e protocolos do mundo do trabalho daquela profissão e não, apenas, na fundamentação teórica e das tarefas de sala de aula.

Sendo assim, o desafio educacional posto com tal perspectiva é o de uma interdisciplinaridade ampla (MORAES, 2016), que consiste não apenas em fazer disciplinas científicas reconhecidas se unirem na compreensão dos fenômenos do mundo, mas também em incorporar a técnica e a tecnologia no diálogo dos saberes, dos fazeres e do saber-fazer na formação para o trabalho e a cidadania.

Enfatizamos, neste texto, a importância de uma abordagem epistemológica específica para a técnica, uma vez que as ciências tradicionais não a contemplam e que ela ajuda a ampliar a compreensão do papel da Educação Profissional para a sociedade e o indivíduo. Mas entendemos tal abordagem como um campo amplo de estudos e reflexões em diálogo. Temos vários aportes teóricos possíveis para isso. Depois das teorizações oriundas das teses de grandes filósofos a pensar o trabalho como produção da existência do ser humano e também os problemas econômicos do trabalho, autores como Haudricourt (1987), Sennett (2013), Sigaut (1985, 1987, 2009), Vieira Pinto (2005), bem como educadores, sociólogos e psicólogos do trabalho e diversos outros pensadores permitem considerar a técnica, a tecnologia e o trabalho nos inúmeros aspectos que animam seu emprego, sua transmissão, seus desafios, suas virtudes e seus problemas: antropológicos, sociológicos, psicológicos, culturais, subjetivos, identitários, econômicos etc.

### **2.1.2.3. Outras dimensões do trabalho**

Se “o homem se faz naquilo que faz”, ideia retomada por Vieira Pinto, isto é, se o seu fazer o constrói a ponto de gerar sua própria consciência, interessa, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, examinar como ocorre essa humanização pelo trabalho considerando as múltiplas dimensões que o mesmo possui para o ser humano, além da

produção material da sua vida. Sinteticamente, em termos subjetivos e cognitivos, podemos afirmar que o trabalho (e, potencialmente, a formação para o trabalho) promove identificações do sujeito com grupos sociais diversos e o insere em um novo universo de valores, regras, relações de hierarquia, de reciprocidade, de troca, de solidariedade, de conflito etc. Coloca-o frente a responsabilidades e problemas a resolver, desafia-o a adaptar-se a novas situações e a aprender não apenas de tarefas prescritas, mas também da conceituação que o sujeito trabalhador realiza a partir da experiência e das situações (PASTRÉ, 2017).

A análise do trabalho mostra que a atividade real de trabalho fornece ensinamentos e experiências que não necessariamente se confundem com as instruções de tarefas prescritas (GÜÉRIN et al., 2001; PASTRÉ, 2017). Isso pode ser facilmente verificado na atividade do docente, por exemplo, que se depara em sala de aula com situações em que o currículo, o plano de aula ou a teoria educacional não contemplaram. Em suma, o sujeito não para de se construir e metamorfosear-se nas provas e provocações do trabalho (CLOT, 1999).

Vamos refletir sobre algumas dessas dimensões, sem pretender esgotá-las. Começemos pela dimensão estética do trabalho. Ela se relaciona, em primeiro lugar, com a obra do trabalhador. Barato (2015) traz vários relatos eloquentes a esse respeito. Citaremos apenas dois. Primeiro, o caso de um aluno do curso de Eletricidade num canteiro de obras de habitações populares. Após finalizar a instalação elétrica, o aluno informa ao professor que vai refazer toda a instalação, o que surpreende o docente, já que tudo estava funcionando normalmente. Mas o aluno avaliou que estava “feia”, apesar de correta, e quis alcançar o que considerava seu “padrão de beleza”, digamos, da obra. Outro caso é o do pedreiro que leva a família para ver a casa que estava construindo para eles, destacando a beleza dos detalhes de acabamentos etc. Em ambos, constatamos uma dimensão estética e pessoal na realização do trabalho.

A dimensão pessoal, isto é, a singularidade com que cada profissional atua, poderá, na verdade, ser verificada em qualquer atividade, apreciada esteticamente ou não, como lembram Güérin et al. (2001, p. 18): “Numa metalúrgica, um operário nos disse que ajustará sua máquina, sem tê-lo visto. [...] Ao receber um cliente, uma funcionária sabe, pelo diálogo que tem com ele, qual a recepcionista que o atendeu”. O caso do eletricitista ou do pedreiro revela, ainda, um aspecto moral ou ético de compromisso com sua prática, que também caracteriza a identidade do trabalhador. Ambas dimensões dizem respeito a um “sentimento de autoafirmação” do sujeito (BARATO, 2015, p. 21), que, além de obter o que podemos chamar de um “empoderamento técnico”, isto é, a aquisição de uma forma organizada de intervir no mundo e de produzir sua existência, ganha o seu reconhecimento enquanto autor da obra de seu trabalho e enquanto sujeito (co)construtor da sociedade. A dimensão ética aqui evocada se desdobra nos valores que a ação do trabalhador envolve, que vão desde aqueles de uma ética profissional, típica de uma categoria profissional, passando por práticas educacionais (no âmbito da formação), até valores sociais mais gerais. Mais alguns casos ilustrativos: “um aluno do curso de construção civil comenta que no canteiro de obras não se derruba o fruto do trabalho” (BARATO, 2015, p. 22), prática comum nos cursos de edificações, como quando se derruba muros de tijolos para poder

repetir o exercício de construção no mesmo lugar. Aqui o aluno ressalta a oposição da prática escolar ao ethos da profissão. Outro caso é o da formadora de cabeleireiros que indica que a preparação de tinta para coloração de cabelos deve ser feita atrás de um biombo, para evitar que a cliente “aprenda o procedimento e deixe de buscar o serviço de cabeleireiras” (BARATO, 2015, p. 22). Aqui uma questão ética se põe: a ética profissional entra em conflito com valores sociais mais amplos. Em todos os casos, há uma “vinculação entre identidade e fazer, geradora de saberes e valores significativos” (BARATO, 2015, p. 25).

Entra em discussão, pois, a dimensão identitária do trabalho e da formação para o trabalho, que não pode ser abordada sem ser relacionada com a dimensão cultural do fazer técnico. Para Sigaut (2009), a entrada no mundo do trabalho é, antes de mais nada, a participação em toda uma cultura técnica e profissional, da qual o sujeito passa a fazer parte. Lave e Wenger (1991) também ressaltaram as relações que se travam de forma emblemática nas formas de aprendizagem em “comunidades de práticas” como corporações, nas quais o saber retirado dos intercâmbios envolve técnicas, valores e desenvolvimento de identidade. Como lembra Barato (2015, p. 26), os aprendizes de um ofício se integram à comunidade, desde o primeiro dia, por meio da produção de obras. Assim, desde o início, a participação na produção, mesmo que em atividades muito simples (pregar botões em uma oficina de alfaiataria, por exemplo), desperta um sentimento de pertencimento à categoria (o aprendiz de alfaiate se percebe como um membro ativo da categoria assim que começa a executar pequenas tarefas vinculadas ao ofício). Dessa forma, aprende-se com, não só um quê. Assim, aprender “implica tornar-se uma pessoa diferente em relação às possibilidades abertas por estes sistemas de relações” (LAVE; WENGER, 1991, p. 53). Mas, a dimensão da cultura técnica de uma profissão, longe de ser fechada, é aberta e conectável aos outros planos da cultura. O registro identitário para o sujeito trabalhador ou aprendiz pode ser ampliado e alterado nessas conexões, como quando ele aprende um idioma, uma arte, outras formas de trabalho, outros saberes, outras culturas técnicas da mesma profissão em outros países etc. Pensar a dimensão cultural da técnica e do trabalho e sua interpenetração com a cultura em geral permite, ainda, vislumbrar uma possível superação da divisão entre formação humana e formação técnica, formação intelectual e formação prática, por ajudar a evitar o desligamento do ato técnico das suas implicações sociais, éticas, econômicas, ambientais. Isso porque não se pensaria mais a técnica como separada da cultura ou, até mesmo, como oposição à cultura, um modo de pensar (e agir) enraizado nas sociedades ocidentais há milênios (SIGAUT, 1987).

Em suma, observando as dimensões até agora esboçadas, podemos inferir que a inserção do sujeito aprendiz na cultura do trabalho (e em seus nexos com as “outras” culturas) representa, muitas vezes, uma exposição significativa e contextualizada a muitos dos desafios da cidadania. Com isso, avaliamos melhor o poder transformador da Educação Profissional e Tecnológica para o sujeito. Isso vale tanto para o adulto, que nunca teve a chance de receber uma formação técnica ou tecnológica e passa a poder exercer uma profissão, empoderar-se tecnicamente, emancipar-se social, econômica e culturalmente; quanto para o jovem, que tem a possibilidade de passar por experiências bem diversas daquelas que o ensino exclusivamente propedêutico (que apenas prepara para outra etapa formativa) oferece. Valeria, enfim, lembrar rápida e simplesmente de uma dimensão muitas

vezes esquecida do trabalho: o prazer. Se o trabalho pode ser árduo, penoso, ele é, também, uma fonte de prazer. Sem ele as pessoas adoecem (SIGAUT, 2009). As considerações até agora apontadas são apenas indicativas de aspectos relacionados ao trabalho que realçam o valor da Educação Profissional e Tecnológica. Outros aspectos mais problemáticos associados ao trabalho também merecem atenção (alguns deles abordados a seguir), mas não deveriam ofuscar completamente a importância do trabalho e da formação para o trabalho na sociedade.

#### **2.1.2.4. Dimensão social do trabalho e da técnica**

As relações humanas também incluem outros atributos que desafiam permanentemente o ser humano a superá-los: a dominação, a escravidão, a exploração do trabalho alheio, a concentração de riqueza nas mãos de poucos e a consequente carência da maioria, para citar alguns. O papel da Educação Profissional, ao formar para a técnica e para o trabalho, também é educar para a cooperação na superação dos desafios que as relações humanas vão desenvolvendo ao longo de sua história (WOLLINGER, 2016). A Educação Profissional e Tecnológica tem, portanto, um duplo compromisso com seus alunos: preparar para o uso responsável e proficiente das técnicas de cada profissão e conscientizar para a participação na superação das injustiças sociais e econômicas que se abatem a cada período, principalmente, pela valorização do trabalho e do trabalhador.

Em várias culturas, as diferenças de remuneração entre atividades manuais, intelectuais e gerenciais são bem menores que as nossas, denotando o reconhecimento do valor das várias formas de trabalho e o estímulo ao trabalhador a reconhecer o seu valor. Nossa herança colonial de sociedade escravocrata marcou profundamente nossa cultura com uma desvalorização do trabalho, especialmente o trabalho manual, por ter sido atividade de escravos (ver autores como Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque de Hollanda, Gilberto Freyre, Roberto Damatta, entre outros). Nos dias atuais, essas marcas culturais persistem em várias esferas. Na acadêmica, separa-se a formação “intelectual” da formação “manual”, mesmo quando as formações universitárias são formações profissionais. Até mesmo em documentos de leis, diretrizes curriculares ou em várias outras partes da cultura encontramos evidências da desqualificação ou da fuga das atividades manuais, “operacionais”, do trabalho braçal. Na Educação Profissional deve consolidar-se a compreensão, como é a de muitos outros povos, de que o trabalho, como exercício social da técnica, é a atividade que nos humaniza, que nos relaciona com o mundo à nossa volta, nos torna parte de um conjunto social, em que a contribuição de cada um, nas mais diversas tarefas, constrói o mundo em que vivemos. Como contextualizar a Educação Profissional para a superação de nossa herança colonial? Qual a compreensão sobre técnica, tecnologia e trabalho na qual a Educação Profissional deve se fundamentar? Como construir um projeto pedagógico que reflita esse compromisso da Educação Profissional com a formação para o trabalho e para a superação das injustiças sociais e econômicas a ele relacionadas? São os desafios que acompanham a implementação da formação docente para a EP.

#### **2.1.2.5. A formação dos Educadores de Trabalhadores**

A formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica deve considerar

esses pressupostos na construção dos saberes a serem levados às salas de aula, oficinas e laboratórios, para a construção de um processo educativo transformador da vida daqueles que nele se inserem, seja no plano pessoal, com uma formação que permita ao egresso inserir-se no mundo do trabalho com sua contribuição laboral e reconhecimento profissional; no plano comunitário, pela responsabilidade ética e ambiental em sua atividade técnica; e no plano social, com sua compreensão de que o trabalho é o responsável pela dinâmica da espécie humana, devendo ser reconhecido, respeitado e valorizado, desde o plano econômico ao plano cultural, como construção coletiva da existência de toda a humanidade.

Consequentemente, trata-se de uma consciência educacional “nova”, ou pelo menos diversa, quando comparada à de uma educação “propedêutica”, isto é, que visa à preparação para uma etapa educacional futura (embora esta seja igualmente necessária, reveste-se de outros significados e finalidades). Também incorre-se na necessidade de abordagens pedagógicas e didáticas próprias e que levem em consideração uma multiplicidade de dimensões epistemológicas e sociais novas, referidas acima, que diferem da cultura escolar clássica, baseada na transmissão conceitual de saberes formais e, geralmente, considerados universais e estáveis (GOUDEAUX; POIZAT, DURAND, 2019). Apresenta-se o desafio, então, de abordagens formativas e didáticas que coloquem em cena: a obra do trabalho como mediadora da aprendizagem (BARATO, 2004); a atividade laboral e as práticas sociais como situações de referência constantes para as formações (DURRIVE, 2011; JONNAERT, 2009); a formação, não apenas como transmissão de conteúdos, mas como inserção de atores em comunidades de prática (WENGER, 1998); uma multiplicidade de concepções de aprendizagem; a sua situacionalidade; entre muitos dos aspectos aqui abordados e ainda por abordar com o desenvolvimento deste campo de estudos e de práticas.

#### **2.1.2.6. Princípios Educacionais**

Este Projeto Pedagógico considera, como substrato para sua implementação, os seguintes princípios e seus desdobramentos:

O trabalho como princípio pedagógico, produtor e transformador da existência humana.

Reconhecimento e incorporação na formação das especificidades epistemológicas, históricas, estruturais e políticas da Educação Profissional.

Pesquisa, extensão, inovação, experimentação, análise do trabalho real e compartilhamento de práticas como princípios da formação docente.

Experimentação da atividade real do trabalho para a concepção e implementação da formação profissional.

A análise do trabalho como fundamento para a sistematização dos saberes laborais.

A técnica como propriedade adjetiva humana de intervenção no mundo para a produção da existência.

A atividade laboral e as práticas sociais como situações de referência constantes

para as formações.

A formação como inserção de atores em comunidades de prática.

A tecnologia como ciência da técnica e como ciência humana.

Os saberes das Ciências como recursos para a compreensão e intervenção no mundo visando à formação profissional e a transformação social.

Reconhecimento do docente como trabalhador da Educação Profissional e Tecnológica.

Implementação da EaD, do ensino híbrido e das tecnologias digitais como estratégias educativas na EP.

Interdisciplinaridade ampla como condição de constituição dos fazeres-saberes técnico-profissionais e como forma de integração curricular.

Interprofissionalidade como componente da formação profissional.

Inovação pedagógica e educacional para a formação de trabalhadores, buscando autonomia, criticidade e desenvolvimento da capacidade de agir.

Contextualização como a localização dos saberes a partir da realidade laboral e cultural do estudante.

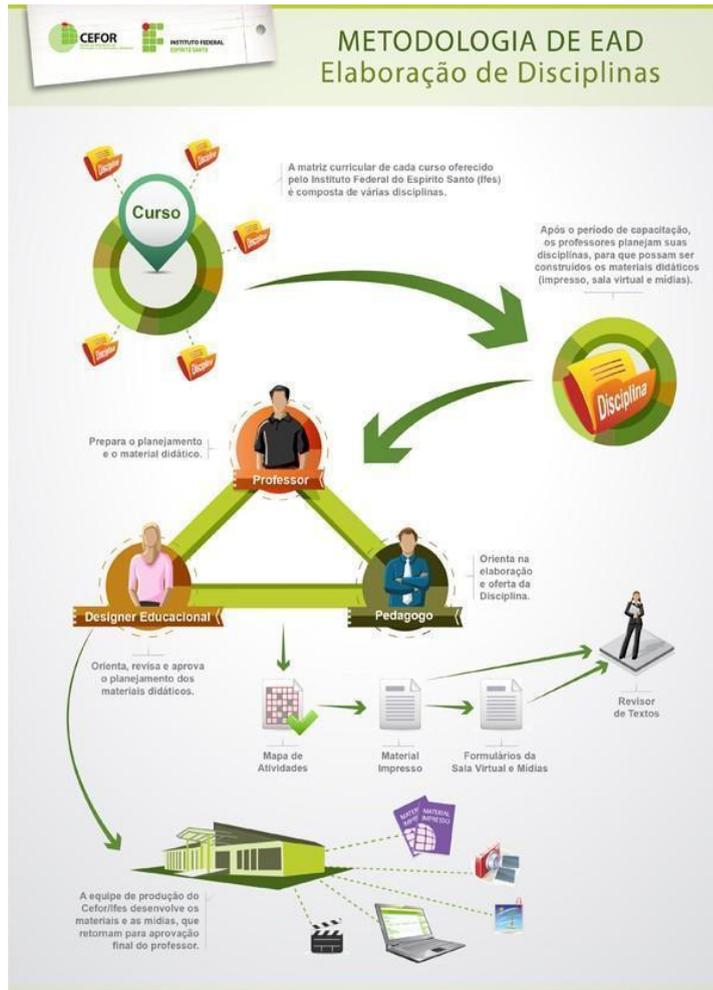
Atividade e situacionalidade como vetores da aprendizagem em Educação Profissional e Tecnológica.

### **2.1.3. Viabilidade técnica**

Além da oferta própria de cursos, o Cefor atua no apoio à EaD de todo o Instituto Federal do Espírito Santo, englobando desde formações iniciais e continuadas até a pós-graduação. Neste sentido, o Cefor presta uma variedade de serviços que vão desde a consultoria para ofertas de cursos em EaD, uso de tecnologias educacionais na modalidade presencial até a estrutura de tecnologia da informação para interação de alunos, professores e equipes de curso com os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA).

Para o desenvolvimento dos cursos a distância, o Cefor desenvolveu uma metodologia para elaboração de cursos nesta modalidade, com o objetivo de garantir que as disciplinas tenham a qualidade necessária para um curso EaD. A Figura 1, apresenta um infográfico representativo da metodologia de elaboração das disciplinas dos cursos ofertados pelo Ifes.

Figura 1. Metodologia de elaboração de disciplinas EaD



Fonte: Cefor (2014)

Figura 2. Síntese do Processo de Produção de disciplinas na modalidade a distância



De acordo com os infográficos representados na Figura 1 e 2, os cursos são elaborados por

uma equipe multidisciplinar constituída por vários atores, em especial o professor formador, o designer educacional e o apoio pedagógico. O planejamento dos cursos é feito de forma integrada entre a equipe, que inclui ainda profissionais especialistas em design gráfico, produção de vídeo e outras mídias. Além disso, todos os materiais desenvolvidos passam por revisão de texto e, quando necessário, são inseridas ações para garantir a acessibilidade de acordo com o perfil dos alunos com deficiência, podendo envolver a contratação de tradutores e intérpretes de Libras e/ou audiodescretores, bem como um planejamento adequado que contemple acessibilidade cognitiva para todos os alunos, em especial alunos com deficiência intelectual, transtorno do espectro autista e transtornos específicos de aprendizagem..

A carga horária total deste curso será de 460 horas. A distribuição da carga horária do curso inclui atividades teóricas e práticas, individuais ou em grupos. O curso será composto por dez disciplinas obrigatórias, sendo uma delas o Trabalho Final de Curso (TFC) do curso. As disciplinas serão realizadas totalmente a distância, com previsão de atividades síncronas (online) e gravadas, conforme calendário acadêmico. Conforme cronograma de atividades do curso, as atividades síncronas online acontecerão ao longo do ano letivo. No dia e horário agendados contarão com a atuação do professor formador, professores mediadores e possíveis articuladores, no atendimento aos cursistas. Após a realização da atividade online, a gravação será disponibilizada pelo professor mediador no Fórum de Notícias, na sala da disciplina, para posterior acessos dos alunos que não puderam participar. Também estão previstos seminários de discussões teóricas e práticas sobre a EPT, entre a realização dos módulos. Todos os encontros síncronos online serão gravados e disponibilizados.

Durante o curso, os estudantes serão orientados a desenvolver o Trabalho Final de Curso (TFC), que consistirá em um projeto de intervenção na prática docente, ou seja, o planejamento, implementação e avaliação de um processo educativo na Educação Profissional e Tecnológica, a ser desenvolvido individualmente pelos estudantes. A orientação será realizada por um orientador-professor, que acompanhará e mediará a elaboração do trabalho final. A apresentação do TFC se dará por meio de uma banca de avaliação com membros internos e externos, com a participação de colegas de turma/polo. Serão convidados a compor as bancas membros internos do curso, bem como profissionais externos que atuam na EPT.

As apresentações das defesas dos TFC serão avaliadas, com notas variando em uma escala de 0 a 100, estando aprovado o estudante que obtiver uma nota final de, no mínimo, 60 pontos.

Em razão da abrangência nacional da oferta do curso e, especialmente nos polos EaD localizados em regiões interioranas e longe das capitais, constatamos uma grande dificuldade de deslocamento dos estudantes até os polos para realização dos encontros presenciais. Os motivos dos alunos são muitos, incluindo falta de recursos financeiros e, muitas vezes, os impedem de permanecer no curso, impactando os índices de evasão. Sabemos, ainda, que as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação avançaram bastante, permitindo que o processo de ensino-aprendizagem se dê de forma tão ou mais efetiva on-line em comparação com as atividades presenciais. Nesse sentido, para a nova oferta do curso, a proposta é que apenas o TCF seja apresentado de forma presencial nos

polos EaD, aumentando a flexibilidade para os estudantes e também sua autonomia. Para os casos de alunos que não puderem comparecer nem a este encontro, procuraremos entender suas justificativas formais e encontrar maneiras de contingenciamento, evitando a evasão na última etapa do curso.

Para a nova metodologia, apoiamo-nos em alguns documentos e entendimentos institucionais. A partir de 2017 várias legislações que versam sobre a EaD foram alteradas. A principal mudança diz respeito ao Decreto nº 5.622 de 2005, que foi substituído pelo Decreto nº 9.057 de 2017. Um destaque importante é que a legislação anterior, em seu Art. 4º, obrigava a realização de exames presenciais e, no § 2º, estabelecia que estes deveriam prevalecer sobre quaisquer outras formas de avaliação a distância. No novo Decreto, não há menção a essa obrigatoriedade. No entanto, o Art.4º diz:

Art. 4º As atividades presenciais, como tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos, previstas nos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso, serão realizadas na sede da instituição de ensino, nos polos de educação a distância ou em ambiente profissional, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais (grifo nosso).

O que propõe o Art. 4o. sobre as atividades presenciais e seus exemplos nos permite inferir que atividades como tutorias e defesa de trabalhos podem ser realizadas de maneira síncrona, online. Está é uma proposta deste projeto de curso.

Ainda sobre a realização de atividades presenciais, especificamente sobre os cursos de pós-graduação lato sensu, o Decreto nº 9.057 diz em seu Art. 15:

Art. 15. Os cursos de pós-graduação lato sensu na modalidade a distância poderão ter as atividades presenciais realizadas em locais distintos da sede ou dos polos de educação a distância.

O uso do termo 'poderão' pressupõe que essas atividades, quando forem obrigatórias, deverão constar nos respectivos projetos pedagógicos de curso.

Em complemento ao novo decreto, foi divulgada a Portaria MEC nº 11 de 20 de junho de 2017, a qual estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Em seu Art. 8º e § 1º consta o seguinte:

Art. 8º As atividades presenciais, como tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos, previstas no PDI e PCC, serão realizadas na sede da IES, nos polos EaD ou em ambiente profissional, conforme definido pelas DCN.

§ 1º A oferta de cursos superiores a distância sem previsão de atividades presenciais, inclusive por IES detentoras de autonomia, fica condicionada à autorização prévia pela SERES, após avaliação in loco no endereço sede, para comprovação da existência de infraestrutura tecnológica e de pessoal suficientes para o cumprimento do PPC, atendidas as DCN e normas específicas expedidas pelo MEC.

Assim, com base na legislação vigente, o curso de Pós-graduação Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, em seu Projeto pedagógico, definiu

que as atividades antes presenciais como seminários, tutorias e atividades dialogadas, serão realizadas a distância. Somente o Trabalho Final de Curso deverá, ser realizado presencialmente, com o devido tratamento de exceções justificadas, caso existam

## **2.2. Justificativa**

### **2.2.1. Exigência Legal**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, lei nº 9394/1996) preceitua que o magistério da educação básica seja exercido por professores habilitados para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio - Artigo 62 da LDB (BRASIL, 1996). Assim, a Educação Profissional enquanto oferta associada à educação básica, especialmente o ensino técnico, se inclui nessa categoria. As diretrizes do ensino técnico, no Parecer CNE/CEB nº 11/2012, recomendam para a formação desse profissional, que:

Na realidade, em Educação Profissional, quem ensina deve saber fazer. Quem sabe fazer e quer ensinar deve aprender a ensinar. Este é um dos maiores desafios da formação de professores para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. É difícil entender que haja esta educação sem contar com profissionais que estejam vinculados diretamente com o mundo do trabalho, no setor produtivo objeto do curso. Entretanto, os mesmos precisam estar adequadamente preparados para o exercício da docência, tanto em relação à sua formação inicial, quanto à formação continuada e permanente, pois o desenvolvimento dos cursos técnicos deve estar sob responsabilidade de especialistas no segmento profissional, com conhecimentos didático-pedagógicos pertinentes para orientar seus alunos nas trilhas do desenvolvimento da aprendizagem e da constituição dos saberes profissionais. A formação inicial para o magistério na Educação Profissional Técnica de Nível Médio realiza-se em cursos e programas de licenciatura ou outras formas, em consonância com a legislação e as normas específicas que regem a matéria, de modo especial, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação. Os sistemas de ensino devem viabilizar essa formação, podendo ser organizada em cooperação com o Ministério e Secretarias de Educação e com instituições de Educação Superior.

De acordo com o inciso II do art. 67 da LDB, “a formação inicial, porém, não esgota o desenvolvimento dos professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, cabendo aos sistemas e às instituições de ensino a organização e viabilização de ações destinadas à formação continuada”.

A Lei dos Institutos Federais preconiza, no que tange ao nível superior, a oferta de “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional” (BRASIL, 2008). Assim, esta oferta também cumpre as finalidades e objetivos dos Institutos Federais em sua oferta educativa.

### **2.2.2. Desafios para a ampliação da Oferta de EPT**

A implementação de programas e ações de formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica é urgente e fundamental para o Brasil. Diante da constatação de que “o Brasil ocupa um dos últimos lugares do mundo na oferta de educação profissional”

(MORAES; ALBUQUERQUE, 2019, p. 7), diversas políticas que visam ao desenvolvimento dessa modalidade educacional em larga escala foram implementadas nas últimas décadas, marcadamente a instauração da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cujas unidades de ensino foram quadruplicadas em número desde 2004, sem esquecer a ampliação das outras redes de ofertantes, tais como a dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, das Redes Estaduais e privadas.

Outro marco de potencial desenvolvimento da Educação Profissional reside na possibilidade aberta pela Lei nº 13.415/2018, mais especificamente no quinto itinerário do Ensino Médio, voltado para a Formação Profissional e Técnica. Ora, tanto no caso das políticas supramencionadas como na perspectiva aberta com o novo Ensino Médio, a formação docente permanece um dos grandes desafios, uma vez que ainda carecemos de programas que permitam a construção de itinerários de formação dos professores voltados às especificidades da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Ao regime de contratação de docentes das entidades federais e estaduais, pautado mormente na titulação acadêmica, por um lado, bem como às recorrentes carências de formação didático-pedagógica daqueles que têm, em todos os âmbitos formativos, a missão de ensinar uma profissão soma-se o desafio de desenvolver abordagens pedagógicas e educacionais que incorporem as dimensões epistemológicas, éticas, estéticas, sociais, ambientais e econômicas do trabalho de modo a promover uma formação de trabalhadores que os empodere em todas as dimensões citadas. Uma formação de trabalhadores qualificada reduzirá o custo Brasil, uma vez que um trabalhador melhor qualificado, aumenta o rendimento de seu trabalho, reduz desperdícios e otimiza recursos. Também uma formação qualificada auxilia na ampliação das ações empreendedoras, agrega valor a produtos e serviços, melhor elaborados, desdobrando-se na melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade brasileira.

É fato que os principais esforços da educação brasileira têm se voltado prioritariamente para a educação propedêutica, com vistas ao Ensino Superior, haja vista haver um milhão de matrículas no Ensino Técnico, contra 8 milhões de matrículas no Ensino Superior (INEP, 2018), quando, na maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, a relação chega a ser o oposto. Considerando a escolaridade média do brasileiro de 7,6 anos, significando que a maioria dos adultos brasileiros não concluiu a Educação Básica, os recorrentes esforços educacionais não têm surtido o efeito desejável, faltando ainda oportunidades educacionais diversas do Ensino Superior, como a Educação Técnica de Nível Médio e a Qualificação Profissional. Esta cultura educacional só pode ser superada por uma política de estado de longo prazo, que inicie pela formação docente para a Educação Profissional, uma vez que a oferta de vagas vem aumentando com a expansão da Educação Profissional e Tecnológica e deverá aumentar, ainda mais, com o novo Ensino Médio.

Considerando a diversidade de perfis docentes demandados pela Educação Profissional e Tecnológica, um programa de formação de professores de abrangência nacional precisa ser flexível, coerente, de ampla capilaridade e, especialmente, sintonizado às demandas formativas dessa modalidade, que se diferenciam das formações para a educação infantil e o ensino fundamental.

O presente curso insere-se em um projeto que busca atender à diversidade das demandas formativas para professores da Educação Profissional e Tecnológica, desde sua formação inicial, passando pela qualificação profissional, a certificação de saberes, a formação continuada e a produção de soluções e inovações educacionais em programas de pós-graduação. Considerando os dados da Plataforma Nilo Peçanha, dos relatórios dos Serviços Nacionais e do Censo da Educação Básica, estima-se que cerca de 150 mil professores atuem na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil hoje, a maioria dos quais não está habilitada para a docência na EPT. Todavia, com o advento do quinto itinerário do Novo Ensino Médio, voltado para a formação técnica e profissional, esse número deverá, no mínimo, duplicar nos próximos anos. Assim, docentes da Educação Profissional e Tecnológica já graduados (em grau de bacharel ou tecnólogo), mas sem licenciatura; potenciais docentes de EPT também já graduados e sem formação inicial; além de profissionais da EPT que necessitam de atualização ou qualificação constituem o público-alvo deste projeto de formação para docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Vale salientar que este projeto pedagógico considera a Educação Profissional e Tecnológica como um “campo de estudos” próprio, isto é, conta com concepções e epistemologia específicas, didática própria, abordagens educacionais e metodologias características, constituindo, conseqüentemente, saberes e fazeres inerentes a um campo científico e educacional único - o campo da ciência da técnica.

### **2.3. Objetivo Geral**

O Curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica é financiado pelo Ministério da Educação, com gerenciamento da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), e objetiva capacitar graduados, bacharéis e/ou tecnólogos que atuam ou pretendem atuar na educação profissional e tecnológica, especialmente nos Cursos Técnicos de Nível Médio; estimular a produção e difusão de conhecimento sobre a EPT como campo de estudos; e promover a Educação a Distância como estratégia educativa, especialmente na Educação Profissional e Tecnológica.

### **2.4. Objetivos Específicos**

- Capacitar professores para as ofertas da Educação Profissional e Tecnológica, especialmente para os Cursos Técnicos de Nível Médio.
- Estimular a produção e a difusão de conhecimentos sobre a Educação Profissional e Tecnológica como campo de estudos, compreendendo a pesquisa e a extensão como princípios educativos.
- Exercitar a Educação a Distância como modalidade educativa articulada à Educação Profissional e Tecnológica.

### **2.5. Público-alvo**

O público-alvo é constituído por graduados, especialmente bacharéis e tecnólogos que atuam ou pretendem atuar na educação profissional, com destaque para o magistério nos cursos técnicos de nível médio das redes de educação profissional e tecnológica.

## 2.6. Perfil do Egresso

Ao fim do curso, o egresso estará capacitado para implementar as seguintes competências:

- preparar uma aula ou atividade equivalente, teórica e prática, constante de um Projeto Pedagógico de Curso Técnico;
- lecionar com desenvoltura as atividades constantes da sua área de formação;
- elaborar planos de ensino e planos de aula para as unidades a que estiver habilitado a lecionar;
- elaborar e implementar um processo avaliativo afinado aos princípios gerais da Educação Profissional;
- aplicar recursos tecnológicos e da Educação a Distância em atividades educativas;
- participar do planejamento educativo de sua instituição de ensino;
- planejar e executar projetos de pesquisa e de extensão, articulados ao ensino, em Educação Profissional;
- organizar e compor equipe de trabalho para elaboração de projetos pedagógicos de cursos técnicos de nível médio presenciais ou a distância;
- inserir-se no campo de estudo “Educação Profissional e Tecnológica”, por meio de sua epistemologia, didática, metodologia e práxis;
- planejar e implementar práticas pedagógicas inclusivas para alunos com deficiência, garantindo acesso de todos aos componentes curriculares trabalhados.

## 2.7. Infraestrutura

O curso será ofertado pelo Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância - Cefor, unidade acadêmica do Ifes, e ministrado a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), na plataforma Moodle ([www.ava.cefor.ifes.edu.br](http://www.ava.cefor.ifes.edu.br)).

### 2.7.1. Instalações gerais e equipamentos

Por se tratar de um curso na modalidade a distância, destacamos a infra-estrutura das mesmas quanto à estrutura física e digital.

O Cefor, em sua infraestrutura física, prevê a acessibilidade arquitetônica através de livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo, com eliminação de barreiras arquitetônicas. Buscou-se desenvolver adequações físicas em seu prédio, tais como: implantação de um elevador para acesso aos quatro andares da instituição; adequação de corrimão nas escadas do prédio e áreas de acesso; designação de vagas de estacionamento para pessoas com pouca ou nenhuma mobilidade física; disponibilização de um banheiro adaptado com acesso por rampa no piso inferior; sinalização de suas diferentes dependências por meio de placas com escrita em português e em Braille.

Sobre a infraestrutura digital, o Cefor gerencia o Ambiente Virtual de Aprendizagem - a

Plataforma Digital Moodle ([www.ava.cefor.ifes.edu.br](http://www.ava.cefor.ifes.edu.br)). Para esse gerenciamento e acompanhamento, a unidade possui uma Coordenação Geral de Tecnologias Educacionais e uma Coordenação Geral de Tecnologias da Informação, que juntas elaboram, produzem e desenvolvem recursos e materiais digitais para os cursos ofertados na modalidade a distância, além de desenvolverem também tecnologias assistivas e produzirem materiais digitais acessíveis.

Portanto, o Cefor ficará responsável pelo planejamento e a produção de materiais digitais para o curso, bem como será o responsável pela gestão acadêmica do curso.

### **2.7.2. Polos**

Cada unidade da federação será responsável pela articulação em seu estado, por meio do Edital de Adesão ao DocentEPT. Dentre os critérios de adesão, cada estado compromete-se a indicar um articulador local, ligado à Coordenação Estadual de Educação Profissional e Tecnológica ou órgão similar; selecionar os polos de apoio presencial; acompanhar e auxiliar no processo seletivo para escolha dos alunos do curso, seguindo as diretrizes do Ifes; e cooperar para o bom desenvolvimento do curso.

Cada polo deverá cumprir os requisitos básicos para a oferta de EaD, conforme normas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Em geral, há polos UAB e unidades das Redes Estaduais de Educação em todos os estados e, em princípio, esses serão escolhidos, uma vez que já possuem as condições básicas para a oferta de EaD. Os campi dos Institutos Federais também poderão ser contemplados neste projeto por meio de acordo de cooperação.

Nos polos serão realizadas as apresentações do TFC, que será obrigatoriamente presencial. Assim sendo, cada polo deve ter condições de acomodar toda a turma para a atividade presencial, tendo condições de acomodar as turmas de 50 alunos, disponibilizando computadores e acesso à Internet, além das condições básicas para as atividades letivas, como sala de aula, banheiros etc.

### **2.7.3. Biblioteca**

Para os propósitos deste curso, todo o material bibliográfico será disponibilizado eletronicamente na plataforma utilizada para oferta dos cursos a distância do Ifes. Links e demais informações de acesso a referências constam no material disponibilizado em cada unidade curricular. Todo o material didático poderá ser impresso pelo aluno, já que será disponibilizado em formato “PDF”.

Os alunos também terão acesso às bibliotecas virtuais do Cefor. As informações sobre acesso podem ser obtidas no link:

<https://cefor.ifes.edu.br/index.php/component/content/article/2-uncategorised/17150-bibliotecas-virtuais>.

Em relação ao acesso à biblioteca, o curso por meio do AVA Moodle conta com um acervo virtual com o suporte de duas plataformas digitais (Biblioteca Virtual Pearson e Minha Biblioteca), que permitem o acesso 24 horas por dia e 7 dias por semana, de qualquer lugar com internet. Os acervos físico e virtual podem ser acessados no link da biblioteca, no site

do Cefor com login e senha institucionalizados e individualizados, dentro e fora dos limites da instituição. Tanto o acervo físico quanto o virtual possuem garantia de acesso, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda dos estudantes do campus.

Ainda no que se refere a bibliotecas, também é disponibilizado o serviço de acesso às normas da ABNT e Mercosul para toda a comunidade acadêmica, por meio da plataforma Target GEDWeb e, também, via Sistema Pergamum. Além dessas, os estudantes podem ter acesso a outras bibliotecas virtuais: Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Biblioteca Domínio Público; Biblioteca Digital Mundial; Repositório online ProEdu; Biblioteca Digital e Sonora; Public Library of Science; The National Academies Press; Project Gutenberg; Google Book. Os estudantes do curso ainda contam com acesso ao Portal de Periódicos da Capes. Todas essas plataformas digitais estarão disponibilizadas para os alunos no AVA por meio de links de acesso, conforme demanda das disciplinas.

E, finalmente, o Ifes possui um Repositório Institucional (RI/Ifes), regulamentado pelo Conselho Superior, por meio da aprovação das Resoluções nº 22 e 23, de 07 de agosto de 2017. O Repositório Institucional do Ifes (<https://repositorio.ifes.edu.br/>) é um sistema pensado para armazenar, gerenciar, preservar e disseminar a produção técnico-científica dos servidores e estudantes da instituição, de forma livre e gratuita. Os arquivos do RI estão categorizados em: Edifes; Eventos Ifes; Produção Científica; Teses e Dissertações; e Trabalhos Acadêmicos e Técnicos. Os estudantes podem fazer download, imprimir, compartilhar ou utilizar os materiais para fins educacionais e não comerciais, fazendo-se a devida citação dos direitos autorais conforme o termo de uso de cada documento.

## 2.8. Fontes de Recursos Orçamentários e Outras Receitas

	DESCRIÇÃO	Valor Total (R\$)
2.1.1	Recursos aportados pelo TED 8747 - DocentEPT - Saldo do projeto (2022) e ingresso orçamentário aditivo TED 8747 (2022/2023)	R\$ 3.074.305,39
	TOTAL POR ALUNO	R\$ 1.136,46

## 2.9. Plano de Aplicação Financeira de Cursos em Convênio

Para que esta proposta possa ser desenvolvida, faz-se necessária a formação e o desenvolvimento de uma equipe para garantir a qualidade do curso. No anexo I apresentamos uma planilha com a definição das funções, dos requisitos mínimos, quantidade de profissionais necessários, quantidade de bolsas, número de parcelas a serem pagas, tipo de bolsa de acordo com a Resolução nº 44/2016 do Conselho Superior do Ifes, e os valores totais. O curso será financiado por meio da TED 8747.1 (anexo II).

### 2.9.1. Custo Total do Projeto

Trata-se de um recurso, proveniente do saldo da oferta de 2022 e aditivo à TED 8747, que somados tem-se o valor de R\$ 3.074.305,39 (três milhões setenta e quatro mil, trezentos e cinco reais e dezenove centavos) destinado à oferta desta especialização na modalidade a distância que será definido e planejado a partir do diálogo com os 27 estados brasileiros, financiado pela Setec sob a gestão do Ifes. O valor aditivo total do TED 8747 2022/2023 é

de R\$ 1.184.305,39 (um milhão, cento e oitenta e quatro mil, trezentos e cinco reais e trinta e nove centavos).

### 3. Corpo Docente e Técnico do Curso

Para a execução desta proposta, a equipe multidisciplinar será selecionada pelo Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância - Cefor, por meio de edital público a ser divulgado após a aprovação do projeto. O coordenador geral, o coordenador adjunto do projeto e o coordenador do curso serão indicados pelo Ifes, de acordo com § 6º do Art. 20 da Resolução nº 44/2016. Os professores mediadores serão selecionados via processo seletivo, a partir de publicação de edital próprio e os professores formadores serão compostos pelo comitê técnico já existente na Setec.

É importante salientar que os selecionados vinculados ao Ifes deverão ser autorizados a participar do projeto, por meio de autorização de sua chefia imediata, sendo esta condição obrigatória para vinculação do bolsista (Art.9º, § 1º, II, do Decreto 8.240/2014).

Observamos que se faz necessário a formação de uma equipe mínima que dê suporte à construção do curso e também a outros aspectos administrativos. O Quadro 1 detalha os atores e a descrição das atividades a serem desenvolvidas.

Quadro 1 - Papéis necessários para o desenvolvimento da proposta

<b>Bolsistas</b>	<b>Áreas de atuação e atividades no projeto</b>
Assistente de Design Gráfico	Elaboração e produção de imagens, animações, vídeos, diagramação e outras mídias necessárias para a execução do curso. Executar atividades correlatas.
Secretário Escolar (Assistente de Registro Acadêmico)	Registro e acompanhamento das matrículas dos cursistas no sistema acadêmico institucional, emissão de históricos, listagens, declarações, diplomas, entre outros, referentes ao curso. Executar atividades correlatas.
Especialista em Moodle	Gestão do ambiente virtual de aprendizagem Moodle, da estrutura computacional e de rede do projeto. Executar atividades correlatas.
Audiodescritor	Planejamento, preparação e realização da narração descritiva em áudio de textos, imagens, gráficos, etc os quais são despercebidos ou incompreensíveis, especialmente, para cegos ou pessoas com baixa visão, promovendo a acessibilidade. Executar atividades correlatas.
Designer Educacional	Atuação junto ao professor formador, assessorando-o na adequação dos materiais à modalidade a distância, indicando a produção e diversificação de mídias, bem como apontando as necessidades de adaptação dos mesmos para torná-los acessíveis. Deve ter amplo conhecimento do ambiente virtual de aprendizagem Moodle, além de conhecimentos de concepções de ensino e aprendizagem, de forma a indicar ao professor metodologias e estratégias para execução das disciplinas a distância. É responsável, também, por garantir os prazos da produção de materiais, elaborando cronogramas detalhados de execução. Executar atividades correlatas.
Apoio Pedagógico	Acompanhamento das questões inerentes ao processo de ensino-aprendizagem. Deve propor metodologias e estratégias de ensino que auxiliem o professor formador no percurso de formação dos estudantes. Este profissional deve, também, realizar o

	acompanhamento dos alunos, inclusive daqueles que não estão participando ativamente do curso, em parceria com os professores mediadores. Deverá acompanhar e supervisionar os professores mediadores em parceria com o coordenador de curso e coordenador pedagógico. Executar atividades correlatas.
Produtor de Vídeo	Produção, gravação e edição de vídeos, a exemplo de videoaulas e vídeos de apresentação dos professores, para serem utilizados como materiais instrucionais das salas virtuais das disciplinas do curso. Executar tarefas correlatas.
Professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE)	Acompanhar os alunos com necessidades específicas matriculados no curso; atuar em parceria com os professores especialistas, designer educacional e Apoio Pedagógico para prover condições de acesso, participação e aprendizagem a estes alunos; contribuir na escolha e desenvolvimento dos recursos didáticos e pedagógicos para que sejam acessíveis a todos os participantes do curso. Elaborar e executar o Plano de Ensino Individualizado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade. Executar atividades correlatas.
Professor formador	Elaborar conteúdos, sejam virtuais ou impressos, além da construção/ escolha dos recursos para a sua sala virtual. Adequar conteúdos, materiais didáticos, mídias e bibliografias para a linguagem da modalidade a distância e para os alunos com necessidades específicas. Definir o sistema de avaliação dos alunos. Acompanhar as atividades pedagógicas dos Professores mediadores e estudantes. Atuar de forma gerencial, no acompanhamento da execução da disciplina, monitorando o trabalho dos Professores mediadores e a correção das atividades avaliativas.
Professor mediador	Orientar e acompanhar os alunos via Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle). Esclarecer dúvidas dos alunos em, no máximo, 24 horas após estas serem postadas, exceto aos sábados a partir das 13h, aos domingos e feriados nacionais. Participar de reuniões virtuais periódicas, com o Coordenador de Professores Mediadores, o Professor Formador, Coordenador de Curso e Coordenador do Projeto, bem como participar de capacitações ofertadas pelo Ifes. Solucionar dúvidas enviadas pelos alunos junto ao professor formador, caso tenha dificuldade em solucioná-las sozinho. Corrigir e mediar todas as atividades (fóruns, exercícios, provas, trabalhos escritos etc.) enviadas via Ambiente Virtual de Aprendizagem. Acompanhar o desempenho dos alunos, buscando incentivá-los no desenvolvimento das tarefas, interagindo pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem. Atuar em parceria com o apoio pedagógico e o professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) quanto às situações de alunos ausentes; com situações particulares; ou àqueles que apresentem algum tipo de necessidade específica. Gerar relatórios periódicos conforme necessidade do projeto.
Revisor de texto	Revisão do material instrucional no que tange à Língua Portuguesa, garantindo a qualidade textual dos materiais produzidos no/para o curso, bem como das salas virtuais. Executar atividades correlatas.
Secretário de Curso	Assessoramento da coordenação do curso nas tarefas administrativas. Organização das rotinas operacionais e da documentação do curso. Responsável por fazer, agendamentos e dar o apoio necessário ao coordenador no atendimento aos estudantes. Executar atividades correlatas.

Tradutor e Intérprete de Libras	Tradução dos conteúdos dos materiais instrucionais para Língua Brasileira de Sinais (Libras), garantindo a acessibilidade para os participantes surdos, realizar tradução de webconferências, eventos e mensagens necessárias à comunicação entre professores e alunos surdos. Executar atividades correlatas.
Secretário Escolar (Assistente de Registro Acadêmico)	Registro e acompanhamento das matrículas dos cursistas no sistema acadêmico institucional, emissão de históricos, listagens, declarações, diplomas, entre outros, referentes ao curso. Executar atividades correlatas.

Para o êxito deste programa é necessário que toda a equipe multidisciplinar esteja capacitada para a execução de suas atividades, em especial os professores formadores, os professores mediadores e os coordenadores locais, que serão responsáveis pela elaboração do conteúdo, mediação no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e pela comunicação com os estudantes, respectivamente.

Enquanto no ensino presencial o processo de ensino-aprendizagem é, em muito, desenvolvido no encontro entre estudantes e professores em sala de aula, na EaD nem sempre essa comunicação será síncrona. Em grande parte do tempo o estudante irá interagir com o material didático disponibilizado no AVA. Isso exige, então, um grande esforço de planejamento, já que o material deverá estar adequado para facilitar o aprendizado do estudante. No planejamento acontecerá, então, a produção de textos, vídeos, atividades, animações e outras mídias que integrarão a sala virtual. Para que possa desenvolver essas atividades, é imprescindível a capacitação do professor formador.

No caso dos professores mediadores, são eles que acompanham todas as atividades discentes desenvolvidas no AVA. É o profissional que mais interage com os alunos, respondendo suas dúvidas e corrigindo as atividades. É preciso que esse ator desenvolva habilidades comunicacionais específicas, além de conhecimentos didático-pedagógicos envolvidos no desenvolvimento de um curso a distância. Em relação aos coordenadores locais, as capacitações auxiliarão na mediação afetiva e no planejamento do acompanhamento virtual e presencial dos alunos.

Com a experiência do Ifes de capacitações anteriores para estes perfis de profissionais, percebe-se a necessidade de prepará-los para o trabalho em consonância com princípios pedagógicos norteadores de suas práticas educativas, evitando assim o instrucionismo e/ou a prática pedagógica baseada meramente na intuição. Sem uma capacitação adequada e contextualizada envolvendo a metodologia utilizada pelo Ifes ocorre uma falta de conhecimento dos professores mediadores sobre ferramentas e formas de utilização destas.

Assim, entende-se a importância de uma capacitação que atenda às necessidades técnico-pedagógicas dos envolvidos neste projeto de formação a distância, evidenciando não apenas os recursos pedagógicos do AVA, como também, as amplas relações e idiosincrasias tecidas e que são inerentes a educação a distância. É a partir dessa concepção que esta formação possui um valioso papel.

A formação está prevista para acontecer em dois momentos: no início do curso, destacando

e problematizando questões estruturais e a dinâmica do curso. No segundo momento ela será realizada a cada novo módulo, para que os profissionais (professores mediadores e coordenadores de polo) possam compreender as disciplinas em sua estrutura e funcionamento.

### 3.1. Corpo Docente do Curso:

<b>Nome</b>	Danielli Veiga Carneiro Sondermann		<b>Titulação<sup>5</sup></b>	Doutorado
<b>UA (Lotação)</b>	Cefor/Reitoria Ifes		<b>Cargo</b>	Professora EBTT / Diretora Executiva
<b>Regime de Trabalho</b>	DE		<b>CH dedicação ao curso</b>	20h
<b>Situação</b>	Ativo	<b>Link do CV Lattes</b>	<a href="http://lattes.cnpq.br/4004424177280845">http://lattes.cnpq.br/4004424177280845</a>	
<b>Resumo do Currículo Lattes</b>				
<p>Professora titular com dedicação exclusiva do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) lotada no Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor) e diretora executiva do Ifes desde Abril de 2018. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com foco no Design Educacional, Educação a Distância, Formação Docente e estudos na área de Universal para a Aprendizagem (DUA) - Universal Design for Learning (UDL). Foi Coordenadora da Produção de Material para a modalidade a distância e Designer Instrucional de 2006 a 2009 pelo Sistema UAB. Possui mestrado em Informática pela Universidade Federal do Espírito Santo (2002).</p>				

<b>Nome</b>	Gustavo Henrique Moraes		<b>Titulação</b>	Doutorado
<b>UA (Lotação)</b>	INEP		<b>Cargo</b>	Pesquisador
<b>Regime de Trabalho</b>	40h		<b>CH dedicação ao curso</b>	20h
<b>Situação</b>	Ativo	<b>Link do CV Lattes</b>	<a href="http://lattes.cnpq.br/1087861941161498">http://lattes.cnpq.br/1087861941161498</a>	
<b>Resumo do Currículo Lattes</b>				
<p>Pesquisador de carreira do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), no qual desenvolve avaliações a respeito dos sistemas educacionais brasileiros. Possui formação multidisciplinar - Doutor em Educação (UnB), Mestre em Educação Científica e Tecnológica (UFSC) e Engenheiro em Eletrônica e Telecomunicações (UTFPR). Professor da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), tem auxiliado as organizações governamentais no Desenvolvimento de Sistemas de Indicadores de Desempenho Institucional. No campo da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, foi o idealizador e coordenador de implantação da Plataforma Nilo Peçanha e de outras inovações na Gestão do Conhecimento. Já ocupou os cargos de Coordenador Geral de Orientação e Controle da Educação Superior (SESu/MEC), Coordenador Geral de Estudos Regulatórios (SERES/MEC), Assessor Especial do Núcleo Estruturante da Política de Inovação (SETEC/MEC) e Diretor de Estatísticas e Informações Acadêmicas (IFSC/MEC). Atualmente, acumula os cargos de Coordenador Geral de Instrumentos e Medidas Educacionais e Diretor de Estudos Educacionais (substituto) do INEP, sendo responsável pelos estudos de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE).</p>				

<b>Nome</b>	Jaqueline Maissiat		<b>Titulação</b>	Doutorado
<b>UA (Lotação)</b>	Cefor/Reitoria Ifes		<b>Cargo</b>	Professora
<b>Regime de Trabalho</b>	DE		<b>CH dedicação ao curso</b>	20h
<b>Situação</b>	Ativo	<b>Link do CV Lattes</b>	<a href="http://lattes.cnpq.br/4403199428657031">http://lattes.cnpq.br/4403199428657031</a>	
<b>Resumo do Currículo Lattes</b>				

<sup>5</sup> Doutorado, Mestrado ou Especialização.

Possui graduação em Pedagogia - Multimeios e Informática Educativa pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2004) e mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2007), Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Informática Educativa/Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é Professora do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) em cooperação técnica, originária do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) no Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (CEFOR), onde atua, ainda, como Professora Permanente do Mestrado em Ensino de Humanidades, participa do Grupo de Pesquisa Tecnologias Digitais e Práticas Pedagógicas (TecPrática Cefor/Ifes) Núcleo de Estudos em Subjetivação, Tecnologia e Arte (Nesta/UFRGS). Membro da Associação Brasileira de Educação a Distância e da Sociedade Brasileira de Computação, tem experiência na área de Educação e Novas Tecnologias, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação a distância, educação superior, inovações, processo ensino e aprendizagem, mediação tecnológica, motivação, imagem.

<b>Nome</b>	Sanandrea Torezani Perinni		<b>Titulação</b>	Doutorado
<b>UA (Lotação)</b>	Ifes – Campus Santa Teresa		<b>Cargo</b>	Professora EBTT
<b>Regime de Trabalho</b>	DE		<b>CH dedicação ao curso</b>	6h
<b>Situação</b>	Ativo	<b>Link do CV Lattes</b>	<a href="http://lattes.cnpq.br/7401761001831492">http://lattes.cnpq.br/7401761001831492</a>	

**Resumo do Currículo Lattes**

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2017), possui Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2013), graduação em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e literaturas pela Faculdades Integradas Castelo Branco (2002). É Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Espírito Santo, atuando nos cursos técnicos integrados, bacharelado, licenciatura e pós-graduação - especialização. Atuou como Diretora de Ensino no Ifes Centro-Serrano, Santa Maria de Jetibá-ES de fevereiro de 2015 a 2019. É pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Inclusão-GEPEI-UFES.

<b>Nome</b>	Yvina Pavan Baldo		<b>Titulação</b>	Mestrado
<b>UA (Lotação)</b>	Cefor/Reitoria Ifes		<b>Cargo</b>	Professora EBTT
<b>Regime de Trabalho</b>	DE		<b>CH dedicação ao curso</b>	20h
<b>Situação</b>	Ativo	<b>Link do CV Lattes</b>	<a href="http://lattes.cnpq.br/3992673458528896">http://lattes.cnpq.br/3992673458528896</a>	

**Resumo do Currículo Lattes**

Mestre em Informática (2001) pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e graduação em Tecnologia em Processamento de Dados (1998) pela Fundação de Assistência e Educação (Faesa). Atuou no Ensino Superior como professora na FAESA, como coordenadora da Universidade Aberta do Brasil- UAB (2006 a 2009), Diretora de Educação a Distância (2009 a 2014) e coordenadora da pós-graduação lato sensu em Tecnologias Educacionais no Instituto Federal do Espírito Santo. Atualmente é professora com dedicação exclusiva no Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância do Ifes atuando em cursos de formação de professores na área de Tecnologias e coordenadora adjunta do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne/Cefor). Tem experiência na área de Computação e Educação, com ênfase em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância. Trabalha com os temas: uso de tecnologias na educação e aspectos relativos à acessibilidade, os impactos das tecnologias nos processos de ensino-aprendizagem, inclusão digital, planejamento e implantação de cursos EaD e design educacional.

<b>Nome</b>	Josiane Beltrame Milanesi		<b>Titulação</b>	Doutorado
<b>UA (Lotação)</b>	Ifes – Campus Vitória		<b>Cargo</b>	Professora
<b>Regime de Trabalho</b>	DE		<b>CH dedicação ao curso</b>	20h
<b>Situação</b>	Ativo	<b>Link do CV Lattes</b>	<a href="http://lattes.cnpq.br/5973420305050319">http://lattes.cnpq.br/5973420305050319</a>	

**Resumo do Currículo Lattes**

Graduação em pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo (2009), mestrado em Educação Especial (Educação do Indivíduo Especial) pela Universidade Federal de São Carlos (2012) e doutorado em Educação Especial (Educação do Indivíduo Especial) também pela Universidade Federal de São Carlos. Já atuou como professora convidada da Universidade Federal do Pará pelo Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR). Foi pesquisadora do Grupo de Pesquisa sobre Formação de Recursos Humanos em Educação Especial (GP-FOREESP) da Universidade Federal de São Carlos e integrante do Observatório Nacional de Educação Especial (ONESSP). É docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo atuando no campus Vitória como coordenadora do Núcleo de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas e atualmente é Professora de Atendimento Educacional Especializado. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Especial, atuando principalmente nos seguintes temas: diversidade, inclusão escolar, atendimento educacional especializado, sala de recursos multifuncionais, formação de professores, políticas públicas e deficiência intelectual.

<b>Nome</b>	Indiana Reis da Silva Beceveli		<b>Titulação</b>	Mestrado
<b>UA (Lotação)</b>	Ifes – Campus Colatina		<b>Cargo</b>	Pedagoga
<b>Regime de Trabalho</b>	40h		<b>CH dedicação ao curso</b>	20h
<b>Situação</b>	Ativo	<b>Link do CV Lattes</b>	<a href="http://lattes.cnpq.br/2668789297195010">http://lattes.cnpq.br/2668789297195010</a>	

**Resumo do Currículo Lattes**

Possui Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2008). Especialista em Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos e Graduada em Pedagogia (2007). Atualmente é Pedagoga no Instituto Federal do Espírito Santo, campus Colatina. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação profissional e tecnológica, educação a distância, educação especial e inclusão, educação de jovens e adultos, dificuldades de aprendizagem, didática, metodologias e práticas de ensino e educação social.

<b>Nome</b>	Eliana Firmino Burgarelli Ribeiro		<b>Titulação</b>	Mestrado
<b>UA (Lotação)</b>	Cefor/Reitoria Ifes		<b>Cargo</b>	Tradutor e Intérprete
<b>Regime de Trabalho</b>	40h		<b>CH dedicação ao curso</b>	20h
<b>Situação</b>	Ativo	<b>Link do CV Lattes</b>	<a href="http://lattes.cnpq.br/0627498753770164">http://lattes.cnpq.br/0627498753770164</a>	

**Resumo do Currículo Lattes**

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGEL/Ufes), Mestre em Linguística pela Ufes; pós-graduanda em Práticas Pedagógicas para a Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES); bacharela em Letras-Libras (2017) pela Ufes; especialista em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva (2020) pelo Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) e em Educação Especial e Inclusiva (2018) pela Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz (Facibra); técnica em Tradução e Interpretação de Libras (2011) pelo Centro Estadual de Educação Técnica Professor Fernando Duarte Rabelo. Possui formação como guia-intérprete e certificação de Proficiência na Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa (Prolibras, 2015). Atualmente é tradutora e intérprete de Libras e língua portuguesa no Ifes. Integra Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos (GIPES/UFRGS), Círculo de Estudos Indisciplinares com Línguas de Sinais (Ceilis/UFES/CNPq) e o Grupo de Estudo e Pesquisa em Deficiência Visual e Cão-Guia, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - (IFES/CNPq). Desenvolve trabalhos relacionados com as políticas de tradução e interpretação de línguas de sinais.

Os Professores Mediadores serão selecionados por edital público.

Os orientadores dos Trabalhos Finais de Curso (TFC) serão os professores mediadores, que após formação específica dada pelos coordenadores do curso em parceria com o Cefor,

terão a função de acompanhar e mediar a construção do TFC pelos alunos.

### **3.2. Corpo Técnico do Curso:**

O corpo técnico do curso, formado por Designer Educacional, Apoio Pedagógico, Revisor de Texto, Assistente de Design Gráfico, Estatístico, Audiodescritor e Tradutor e Intérprete de Libras. Todas as funções citadas anteriormente serão selecionadas por edital público.

### **3.3. Coordenação e Corpo Docente do Curso**

Devido às peculiaridades, inclusive por conta da grande quantidade simultânea de alunos, este curso terá uma estrutura de coordenação peculiar, com as seguintes instâncias:

- *Supervisor Geral do Projeto:* a ele cabe o acompanhamento da execução do convênio MEC-SETEC-IFES para o desenvolvimento do projeto. Deve ser um servidor ligado à SETEC;
- *Coordenador Geral do Projeto:* responsável por toda a estrutura e implementação do projeto. Faz a articulação dos respectivos esforços de pessoal e demais instâncias, para garantir toda a atividade do curso, desde a matrícula até a diplomação.
- *Coordenador Adjunto do Projeto:* dividirá atribuições com o Coordenador Geral na implementação das atividades gerenciais e operacionais;
- *Coordenador de Curso:* responsável pelas atividades operacionais da oferta do curso em conjunto com o coordenador pedagógico.
- *Coordenador Pedagógico:* responsável por acompanhar todas as unidades curriculares e atividades presenciais; orientará docentes e demais trabalhadores envolvidos no curso para garantir a construção do perfil profissional de conclusão aqui descrito.
- *Coordenador de Produção de Material:* responsável por gerenciar a produção dos materiais didáticos e acompanhar a construção das salas no Moodle.

Define-se:

- *Supervisora-Geral do Projeto:* Iara Christina Silva Barroca
- *Coordenador-Geral do Projeto:* José Mário Costa Junior
- *Coordenador Adjunta do Projeto:* Saymon Castro de Souza
- *Coordenadora do Curso:* Larissy Alves Cotonhoto
- *Coordenador Pedagógico:* Paulo Roberto Wollinger
- *Coordenador de Produção de Material:* Mariella Berger Andrade

## **4. Matriz Curricular**

O item a seguir apresenta a matriz curricular do curso.

#### 4.1. Componentes Curriculares ou Disciplinas:

	Descrição Componentes Curriculares	Nome do Professor(a) Responsável	Obrigatória ou Optativa / Presencial ou a Distância	CH
<b>MÓDULO I</b> <b>1º Semestre</b> <b>(Aperfeiçoamento em Docência para a EPT)</b>	<i>Ambientação em Educação a Distância</i>	Danielli Veiga Carneiro Sondermann	Obrigatória/ EaD	30
	<i>Epistemologia da Educação Profissional e Tecnológica</i>	Gustavo Henrique Moraes	Obrigatória/ EaD	60
	<i>Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional e Tecnológica</i>	Jaqueline Maissiat	Obrigatória/ EaD	60
	<i>Tecnologias educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica</i>	Yvina Pavan Baldo	Obrigatória/ EaD	60
	<i>Didática Profissional e Tecnológica</i>	Indiana Reis da Silva	Obrigatória/ EaD	60
<b>MÓDULO II</b> <b>2º Semestre</b> <b>(Certificação: Especialista em Docência na EPT)</b>	<i>Projeto pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica</i>	Sanandrea Torezani Perinni	Obrigatória/ EaD	60
	<i>Práticas inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica</i>	Josiane Beltrame Milanesi	Obrigatória/ EaD	40
	<i>Pesquisa e extensão tecnológicas na Educação Profissional e Tecnológica</i>	Indiana Reis da Silva	Obrigatória/ EaD	40
	<i>Trabalho Final de Curso - TFC</i>	Jaqueline Maissiat	Obrigatória/ EaD	30
	<i>Libras</i>	Eliana Firmino Ribeiro	Obrigatória/ EaD	30
Total da Carga Horária de Disciplinas Obrigatórias e Trabalho de Conclusão				460
<b>Carga Horária Total do Curso</b>				<b>460</b>

Proposta de cronograma para 2023, que pode ser alterada conforme andamento do processo seletivo.

<b>Cronograma das Disciplinas do Curso de Pós-graduação em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica - 2023</b>		
<b>Módulos</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Período</b>
Módulo I Bloco 1	Ambientação e EAD	01/08 a 28/08
	Epistemologia da EPT	29/08 a 23/10
	Educação de Jovens e Adultos e Teorias da Aprendizagem na EPT	29/08 a 23/10
Recuperação de 24 a 30/10		
Módulo I Bloco 2	Didática Profissional	31/10 a 25/12
	Tecnologias Educacionais na EPT	31/10 a 25/12

Recuperação - 26/10 a 01/01/23		
Férias 02 a 22/01		
Módulo II Bloco 1	Projeto Pedagógico na EPT	23/01 a 18/03
	Práticas Inclusivas na EPT	23/01 a 18/03
Recuperação - 19/03 a 25/03		
Módulo II Bloco 2	Pesquisa e Extensão Tecnológicas	26/03 a 06/05
	Libras	26/03 a 06/05
Recuperação - 07/05 a 13/05		
Módulo II Bloco 3	Trabalho Final de Curso	14/05 a 10/06
Defesa TFC - 11/06 a 01/07		

#### 4.1.1. Certificações Intermediárias

Este curso é composto por dois módulos didáticos com suas respectivas certificações. Ao aluno que integralizar **todos (Módulos I e II)** os componentes curriculares será conferido **Certificado de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica**.

Ao aluno que concluir apenas o Módulo I (Bloco 1 e 2), será concedida a Certificação Intermediária de acordo com a carga horária cumprida e aprovação nas disciplinas. **A Certificação será de Aperfeiçoamento em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica**.

Para obter a Certificação Intermediária, o aluno deverá requerer à Coordenação do Curso, via formulário específico, o respectivo certificado, após aprovação em todos os componentes daquele módulo. Não serão emitidos automaticamente os certificados, apenas para aqueles alunos que solicitarem.

#### 4.1.2. Diplomação

O aluno com Certificado de Especialista emitido neste curso, estando em efetivo exercício da docência na Educação Profissional e Tecnológica, sendo portador de diploma de curso superior de tecnologia ou curso de bacharelado, sintonizados às formações técnicas referidas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, poderá solicitar diplomação de Licenciado para a Educação Profissional e Tecnológica, nos termos do Artigo 53 da Resolução CNE/CP 01/2021 e do artigo 21 da Resolução CNE/CP 02/2019. O requerimento de diplomação deverá seguir a regulamentação vigente no âmbito do IFES.

#### 4.2. Ementário

<b>Nome do Componente ou Disciplina:</b> Ambientação em Educação a Distância	
<b>Carga Horária:</b> 30h	Obrigatória
<b>Objetivos</b>	
Conhecer os conceitos fundamentais da Educação a Distância. Apresentar Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem. Capacitar o aluno para utilizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Conhecer e debater	

estratégias de aprendizagem a distância. Orientar os alunos quanto ao estudo na modalidade a distância.
<b>Ementa</b>
Conceitos fundamentais da Educação a Distância. Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem. Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Estratégias de aprendizagem a distância. Orientações para o estudo na modalidade a distância.
<b>Conteúdo</b>
Histórico e pressupostos teóricos básicos na EaD. Estudo do paradigma da Educação a Distância (EaD). Legislação para EaD. Análise e discussão do processo de construção do conhecimento em EaD: planejamento, monitoramento e avaliação, formação de redes e os processos interativos nas práticas pedagógicas. Conhecendo o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) - Moodle. Ferramentas de Comunicação: email, mensagens, chat e fórum. Recursos para leituras e atividades: tarefa, grupos, wiki e questionário. Outros recursos: escolha e glossário. Sistema de notas do Moodle. Relatórios de atividades.
<b>Metodologia e Recursos Utilizados</b>
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
<b>Avaliação da Aprendizagem</b>
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.
<b>Bibliografia Básica</b>
LEMONS II, D. L. <b>Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem</b> . Florianópolis: IFSC, 2016. LITTO, M.F.; FORMIGA, M. <b>Educação a Distância: estado da arte</b> . v.1. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. MESQUITA, Deleni, PIVA JR., Dilermando, GARA, Elizabete Macedo. <b>Ambiente Virtual de Aprendizagem - Conceitos, Normas, Procedimentos e Práticas Pedagógicas no Ensino à Distância</b> . São Paulo: Érica, 2014. 168 p. MOORE, M.; KEARSLEY, G. <b>Educação a Distância: uma visão integrada</b> . São Paulo: Cengage Learning, 2011. MOODLE.ORG. Disponível em: < <a href="https://moodle.org/?lang=pt_br">https://moodle.org/?lang=pt_br</a> >. Acesso em: 26 out 2018.
<b>Bibliografia Complementar</b>
BEHAR, Patrícia Alejandra. <b>Modelos Pedagógicos em Educação a Distância</b> . Porto Alegre: Artmed, 2009. 311 p. BEHAR, Patrícia Alejandra. <b>Competências em Educação a Distância</b> . Porto Alegre: Penso, 2013. 312 p. BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria de Ensino a Distância (MEC/SEED). <b>Referenciais de qualidade para a educação superior a distância</b> . 2007. Disponível em: < <a href="http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf">http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf</a> >. Acesso em: 26 out 2018. CORREIA,

Rosângela Aparecida Ribeiro. **Introdução à Educação a Distância**. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2016. 72 p.

MACHADO, Dinamara Pereira, MORAES, Marcio Gilberto Souza. **Educação a Distância - Fundamentos, Tecnologias, Estrutura e Processo de Ensino e Aprendizagem**. São Paulo: Érica, 2015. 112 p.

MATTAR, João. **Guia de Educação a Distância**. São Paulo: Cengage, 2011. 105 p.

PASSOS, Marize Lyra Silva. ebook. **Educação a Distância no Brasil: breve histórico e contribuições da Universidade Aberta do Brasil e da Rede e-Tec Brasil**. 1ª ed., 2018. Disponível em <<https://biblioteca2.ifes.edu.br/vinculos/000012/00001258.pdf>>. Acesso em: 26 out 2018.

<b>Nome do Componente ou Disciplina:</b> Epistemologia da Educação Profissional e Tecnológica	
<b>Carga Horária:</b> 60h	Obrigatória
<b>Objetivos</b>	
Promover o desenvolvimento de competências do docente da Educação Profissional e Tecnológica descritas acima no perfil do egresso, em especial: inserir-se no campo de estudo “Educação Profissional”, por meio de sua epistemologia, didática, metodologia e práxis.	
<b>Ementa</b>	
Esta unidade curricular está dividida em três momentos: conceitual, histórico e estrutural. Fundamentos epistemológicos da EP: Conceitos de técnica, tecnologia, trabalho e EP; Trabalho como exercício social da técnica. EP como um direito do trabalhador; Dimensões humanas do trabalho: identitária, estética, ética, cultural, social, econômica; O trabalho como obra; O saber do/no trabalho e sua aprendizagem; Conceitos de ergonomia, psicologia e análise do trabalho; Interdisciplinaridade ampla. História da Educação Profissional: Trabalho e técnica no Brasil colônia; A EP no século XIX; República: Educação e formação para o trabalho; Educação Profissional no século XX. Estrutura e Políticas da Educação Profissional: Ofertantes de EP: rede federal, serviços nacionais de aprendizagem, redes estaduais e privadas; Políticas e legislação de Educação Profissional; Eixos Tecnológicos, Catálogos e Novo Ensino Médio; Itinerários Formativos; Políticas Públicas para a Educação Profissional.	
<b>Conteúdo</b>	
Fundamentos epistemológicos da EP: Conceitos de técnica, tecnologia, trabalho e EP; Trabalho como exercício social da técnica. EP como um direito do trabalhador; Dimensões humanas do trabalho: identitária, estética, ética, cultural, social, econômica; O trabalho como obra; O saber do/no trabalho e sua aprendizagem; Conceitos de ergonomia, psicologia e análise do trabalho; Interdisciplinaridade ampla. História da Educação Profissional: Trabalho e técnica no Brasil colônia; A EP no século XIX; República: Educação e formação para o trabalho; Educação Profissional no século XX. Estrutura e Políticas da Educação Profissional: Ofertantes de EP: rede federal, serviços nacionais de aprendizagem, redes estaduais e privadas; Políticas e legislação de Educação Profissional; Eixos Tecnológicos, Catálogos e Novo Ensino Médio; Itinerários Formativos; Políticas Públicas para a Educação Profissional.	
<b>Metodologia e Recursos Utilizados</b>	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.	
<b>Avaliação da Aprendizagem</b>	
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de	

aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

### Bibliografia Básica

ALLAIN, Olivier; GRUBER, Crislaine; WOLLINGER, Paulo. **Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

BARATO, Jarbas Novelino. **Educação Profissional: saberes do ócio ou saberes do trabalho**. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.

BARATO, J. N. **Fazer bem feito: valores em educação profissional e tecnológica**. Brasília: UNESCO, 2015.

CORDÃO, Francisco Aparecido; MORAES, Francisco. **Educação profissional no Brasil: síntese histórica e perspectivas**. São Paulo: Senac SP, 2017.

MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. de M. **As estatísticas da Educação Profissional: silêncios entre os números da formação de trabalhadores**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

### Bibliografia Complementar

AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

CLOT, Y. **Trabalho e poder de agir**. Trad. Guilherme João Freitas Teixeira e Marlene Machado Zica Vianna. Belo Horizonte: FabreFactum, 2010.

GOMES, Luiz Claudio Gonçalves. As escolas de aprendizes artífices e o ensino profissional na velha república. **Revista Vértices**, ano 5, n. 3, p. 54-74, set./dez. 2003.

GOUDEAUX, A.; POIZAT, G.; DURAND, M. Transmissão cultural, formação profissional e educação de adultos: para uma epistemologia da ação. **Trabalho & Educação**, v. 28, n. 2, p.15-50, maio-ago, 2019. GÜÉRIN, F. et al. **Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia**. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

HAUDRICOURT, A. G. **La technologie science humaine: recherche d'histoire et d'ethnologie des techniques**. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. **PNAD 2014: Síntese de Indicadores**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

MORAES, G. H. **Identidade de Escola Técnica vs. vontade de Universidade: a formação da identidade dos Institutos Federais**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/21409>>.

PASTRÉ, P. A análise do trabalho em Didática Profissional. **Rev. Bras. de Estud. Pedagog.** [online]. Tradução de Crislaine Gruber e Olivier Allain. 2017, vol. 98, n. 250, pp. 624-637. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf>>

PASTRÉ, P.; MAYEN, P.; VERGNAUD, G. A Didática Profissional. In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.; PERRENOUD, P. **Construir as Competências desde a Escola**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999. ROSE, M. **O saber no trabalho: valorização da inteligência do trabalhador**. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2007.

SCHWARTZ, Y. O trabalho numa perspectiva filosófica. IN: NOZAKI, I. (org.). **Educação e trabalho: trabalhar, aprender, saber**. Campinas: Mercado de Letras; Cuiabá: UFMT, 2008.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014 WOLLINGER, Paulo. **Educação em Tecnologia no Ensino Fundamental: uma abordagem epistemológica**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília. 2016.

<b>Nome do Componente ou Disciplina:</b> Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional e Tecnológica	
<b>Carga Horária:</b> 60h	Obrigatória
<b>Objetivos</b>	
Proporcionar conhecimentos acerca das teorias de aprendizagem. Possibilitar uma visão crítica sobre as concepções de educação, de ensino, de aprendizagem e de relação professor-aluno atinentes a cada uma delas. Capacitar o docente a atuar com Educação de Jovens e Adultos na Educação Profissional, a partir de perspectivas contemporâneas de educação.	
<b>Ementa</b>	
Educação de Adultos: princípios andragógicos e heurísticos; abordagens e teorias educacionais na atualidade para a Educação Profissional; concepções de aprendizagem na Educação Profissional: teoria da aprendizagem social (ou cognição situada), conceituação na ação (Didática Profissional), teoria ator-rede, sócio-interacionismo no contexto da Educação Profissional, epistemologia da prática ou epistemologias pessoais, inteligências múltiplas, aprendizagem significativa, entre outros.	
<b>Conteúdo</b>	
Fatores e processos psicológicos envolvidos na aprendizagem escolar: Inteligência, Criatividade, Memória, Motivação. Aprendizagem na educação profissional segundo os Processos de Aprendizagem de Vygotsky, Teoria das Inteligências múltiplas de Gardner. Princípios andragógicos e heurísticos; teoria da aprendizagem social (ou cognição situada - Wenger); teoria da conceituação na ação (pressuposto da Didática Profissional - G. Vergnaud); epistemologia da prática ou epistemologias pessoais (S. Billett); Aprendizagem mediada por obras (J. N. Barato).	
<b>Metodologia e Recursos Utilizados</b>	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.	
<b>Avaliação da Aprendizagem</b>	
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
BARBIER, J.-M. <b>Formação de adultos e profissionalização: tendências e desafios</b> . Brasília: Liber Livro, 2013. MOREIRA, M. A. <b>Teorias de Aprendizagem</b> . São Paulo: EPU, 1999. PASTRÉ, P.; MAYEN, P.; VERGNAUD, G. A Didática Profissional. In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.;	

WOLLINGER, P. **Didática Profissional**: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

PERRENOUD, P. **Construir as Competências desde a Escola**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999. VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem: Um Estudo Experimental da Formação de Conceitos**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

### Bibliografia Complementar

ALLAIN, Olivier; GRUBER, Crislaine; WOLLINGER, Paulo. **Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

BARATO, Jarbas Novelino. **Educação Profissional: saberes do ócio ou saberes do trabalho**. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.

BARBOSA, Eduardo Fernandes; MOURA, Dácio Guimarães de. **Metodologias ativas de aprendizagem na educação profissional e tecnológica**. Rio de Janeiro: **Boletim Técnico Senac**, v. 39, n. 2, p.48-67, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/349>>

BECKER, F. Aprendizagem: concepções contraditórias. **Revista eletrônica de psicologia e epistemologia genética**. v. I, n. 1, p. 53-72, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/scheme/article/view/552>>. Acesso em 8 ago. 2018.

BENDER, William N. **Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI**. Porto Alegre: Penso, 2014.

BILLET, S. **Aprendendo profissões pela prática: currículo, pedagogia e epistemologia da prática**. Dep. of Education and Professional Studies, Griffith University, Australia, 2018. Brochura resumo da teoria produzida no âmbito da pesquisa “Enhancing practice-based learning experiences: towards a curriculum, pedagogic and epistemology of practice”, trad. Olivier Allain, Crislaine Gruber, Paulo Wollinger. Disponível em: <<https://vocationsandlearning.wordpress.com/resources/>>

BOURGEOIS, E.; DURAND, M. **Apprendre au travail**. Paris: Presses Universitaires de France, 2012.

BRANCO, M. A. R. da V. Aprendizagem de Adultos - Andragogia. In: COLOMEISCHI, Aurora Adina. **Programa de Intervenção Social e Psicopedagógica para Pais**. Bragança, Portugal: Instituto Politécnico de Bragança, 2016.

CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. **A sala de aula inovadora: Estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo**. Porto Alegre: Penso, 2018.

CESCON, Everaldo. Cognição situada e aprendizagem em contextos escolares. **Itinerário educativo**, ano xxx, n.º 68, jul.-dez. 2016, pp. 37-50. Disponível em: <<http://revistas.usbbog.edu.co/index.php/Itinerario/article/download/2946/2533/>>

SCHÖN, D. A. **Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Trad. Roberto C. Costa. Porto Alegre: Artmed, 2000.

**Nome do Componente ou Disciplina:** Tecnologias Educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica

<b>Carga Horária:</b> 60h	<b>Obrigatória</b>
---------------------------	--------------------

#### Objetivos

Promover o desenvolvimento de competências do docente da Educação Profissional descritas acima no perfil do egresso, em especial: conhecer, experimentar e produzir recursos educacionais com ferramentas de autoria para uso no ensino presencial, EAD ou híbrido.

#### Ementa

Modalidades de ensino, ferramentas de autoria para experimentação e produção de recursos educacionais,

direitos autorais.
<b>Conteúdo</b>
Modalidades de ensino: presencial, educação a distância e ensino híbrido. Ferramentas de autoria para experimentação e produção de recursos educacionais: visão geral de ferramentas e seu uso na experimentação e produção de recursos para educação profissional no ensino presencial, EAD e ensino híbrido. Recursos Educacionais Abertos: Vídeos, Simuladores e Jogos. Direitos autorais: Proteção dos direitos de autor, Licenças do movimento de Software Livre e licenças Creative Commons.
<b>Metodologia e Recursos Utilizados</b>
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
<b>Avaliação da Aprendizagem</b>
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.
<b>Bibliografia Básica</b>
BACICH, L.; NETO, A. T.; TREVISANI, F. <b>Ensino Híbrido</b> : Personalização e Tecnologia na Educação. São Paulo: Penso Editora, 2015. BATES, T. <b>Educar na era digital</b> : design, ensino e aprendizagem. São Paulo: Artesanato Educacional, 2016. Disponível em: < <a href="http://abed.org.br/arquivos/Educar_na_Era_Digital.pdf">http://abed.org.br/arquivos/Educar_na_Era_Digital.pdf</a> >. CREATIVE COMMONS BR. <b>Licenças Creative Commons</b> . Disponível em: < <a href="https://br.creativecommons.org/">https://br.creativecommons.org/</a> >. Acesso em 31 de maio de 2020. MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. <b>Educação a distância</b> : sistemas de aprendizagem on-line. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. PONTES, E. <b>O que é esse tal de copyright?</b> . 2017. Disponível em: < <a href="https://eadbox.com/copyright/">https://eadbox.com/copyright/</a> >. Acesso em 31 de maio de 2020.
<b>Bibliografia Complementar</b>
CHRISTENSEN, C.; HORN, M.; STAKER, H. <b>Ensino Híbrido</b> : uma Inovação Disruptiva? Uma introdução à teoria dos híbridos. Clayton Christensen Institute. 2013. Disponível em: <a href="http://porvir.org/wp-content/uploads/2014/08/PT_Is-K-12-blended-learning-disruptive-Final.pdf">http://porvir.org/wp-content/uploads/2014/08/PT_Is-K-12-blended-learning-disruptive-Final.pdf</a> . Acesso em: 31 maio de 2020. GANDELMAN, H. <b>De Gutenberg à internet</b> : direitos autorais na era digital. Rio de Janeiro: Record, 2001.

PORVIR. **Tecnologias na Educação**. Disponível em <<https://porvir.org/especiais/tecnologia/>>. Acesso em 31 maio. 2020.

SANTOS, A. **Recursos Educacionais Abertos no Brasil**: [livro eletrônico] : o estado da arte, desafios e perspectivas para o desenvolvimento e inovação. São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013.

Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002279/227970por.pdf>>.

SARTORI, A; ROESLER, J. **Educação a Distância**: gestão da aprendizagem e da produção de materiais didáticos impressos e on-line. Tubarão: Ed. Unisul, 2005.

RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS (REA). **Conceito de recursos educacionais abertos**. Disponível em: <<http://www.rea.net.br/site/faq/#a2>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

<b>Nome do Componente ou Disciplina:</b> Didática em Educação Profissional e Tecnológica	
<b>Carga Horária:</b> 60h (40h teórica e 20h prática)	Obrigatória
<b>Objetivos</b>	
Desenvolver as competências básicas para a docência na Educação Profissional e Tecnológica. Exercitar instrumentos e métodos pedagógicos na docência da EPT. Dominar os procedimentos básicos de planejamento e avaliação na Educação Profissional.	
<b>Ementa</b>	
Fundamentos da didática para a Educação Profissional. Didática Profissional. Atividade Pedagógica na Educação Profissional. Planejamento do ensino na Educação Profissional. Avaliação na Educação Profissional e Tecnológica. Produção de instrumentos avaliativos.	
<b>Conteúdo</b>	
Fundamentos da didática para a Educação Profissional e Tecnológica. Didática Profissional. A Cultura Profissional como Elemento para a Didática. Atividade Pedagógica na Educação Profissional e Tecnológica. Planejamento do ensino na Educação Profissional e Tecnológica. Plano de ensino e plano de aula. Estrutura da aula. Estratégias de Ensino: aprendizagem mediada por obras; Simulação; Imersão; aprendizagem baseada em projetos; aprendizagem baseada em problemas; sala de aula invertida; experimento e experiência na EP; estudos de caso; técnicas de aprendizagem ativa. Avaliação na Educação Profissional : funções da avaliação; avaliação de competências, avaliação de atividades técnicas, métodos e instrumentos avaliativos diversos. Produção de instrumentos avaliativos: critérios pedagógicos, descritores e níveis de desempenho.	
<b>Metodologia e Recursos Utilizados</b>	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.	
<b>Avaliação da Aprendizagem</b>	
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades	

específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

### Bibliografia Básica

BARATO, Jarbas Novelino. Em busca de uma didática para o saber técnico. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 47-55, maio/ago. 1999.

DALTRO, G.; ALLAIN, O. **10 estratégias didáticas para a Educação Profissional**. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Florianópolis: IFSC, 2019. Disponível em:  
<[https://bcad4482-1093-4377-ba17-d7fa497850fb.filesusr.com/ugd/e6de53\\_ec8d914297be4480b23ac5b492448a8e.pdf](https://bcad4482-1093-4377-ba17-d7fa497850fb.filesusr.com/ugd/e6de53_ec8d914297be4480b23ac5b492448a8e.pdf)>

ECHAZÁBAL, Marcos Miguel Morales; PÉREZ, Mario Borroto. **Didáctica de la educación tecnológica y laboral**. La Habana, Cuba: Pueblo y Educación, 2012.

GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. **Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

### Bibliografia Complementar

ALMEIDA, I. O.; SALAZAR, V. S.; LEITE, Y. V. P. "Processo de ensino e aprendizagem do profissional de cozinha: didática do saber técnico e o restaurante-escola". **Revista Acadêmica da Unigranrio**. Vol. IX, nº 1, 2015. Disponível em:  
<<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/raoit/article/view/3448/1576>>

BARATO, Jarbas Novelino. Em busca de uma didática para o saber técnico. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 47-55, maio/ago. 1999.

BARATO, Jarbas Novelino. Conhecimento, trabalho e obra: uma proposta metodológica para a Educação Profissional. **B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof.**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 4-15, set/dez. 2008.

BARATO, Jarbas Novelino. **Fazer bem feito: Valores em educação profissional e tecnológica**. Brasília: UNESCO, 2015.

BECKER, Fernando. **Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos**. Disponível em: . Acesso em: 25 set. 2016.

DALTRO, G.; ALLAIN, O. **10 estratégias didáticas para a Educação Profissional**. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Florianópolis: IFSC, 2019. Disponível em:  
<[https://bcad4482-1093-4377-ba17-d7fa497850fb.filesusr.com/ugd/e6de53\\_ec8d914297be4480b23ac5b492448a8e.pdf](https://bcad4482-1093-4377-ba17-d7fa497850fb.filesusr.com/ugd/e6de53_ec8d914297be4480b23ac5b492448a8e.pdf)>

ECHAZÁBAL, Marcos Miguel Morales; PÉREZ, Mario Borroto. **Didáctica de la educación tecnológica y laboral**. La Habana, Cuba: Pueblo y Educación, 2012.

GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. **Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

**Nome do Componente ou Disciplina:** Projeto Pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica

**Carga Horária:** 60h

Obrigatória

<b>Objetivos</b>
Capacitar professores para a concepção de cursos técnicos, presenciais ou a distância. Capacitar professores para a construção de projetos pedagógicos de certificação de saberes profissionais e de cursos PROEJA. Discutir sobre currículo no âmbito da EPT.
<b>Ementa</b>
Currículo na EPT. Metodologias de construção de projeto pedagógico na Educação Profissional. Análise da atividade laboral como fundamento para a concepção de cursos na Educação Profissional. Educação por competências. Certificação de saberes profissionais. Currículo de PROEJA.
<b>Conteúdo</b>
<p>Currículo na perspectiva da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.</p> <p>Metodologias para a concepção de cursos da Educação Profissional: DACUM; análise da atividade; ERGON-EP.</p> <p>Contribuições da análise da atividade na concepção de cursos na Educação Profissional.</p> <p>Educação por competências: conceitos e abordagens.</p> <p>Elementos de estruturação do currículo na Educação Profissional.</p> <p>Certificação de saberes profissionais: noções básicas, construção de projeto pedagógico e certificações profissionais.</p> <p>Currículo de PROEJA.</p> <p>Formação laboral como atividade de extensão.</p>
<b>Metodologia e Recursos Utilizados</b>
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
<b>Avaliação da Aprendizagem</b>
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.
<b>Bibliografia Básica</b>
<p>BRASIL. <b>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional</b>. Lei 9394/96. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm</a>, consulta em 06/03/2020.</p> <p>JONNAERT, Philippe. <b>Competências e Socioconstrutivismo</b>: Um quadro Teórico. Lisboa: Instituto Piaget, 2012.</p> <p>GRUBER, Crislaine; ALLAIN, Olivier; WOLLINGER, Paulo (Org.). <b>Didática profissional</b>: princípios e referências para a educação profissional. 1. ed. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019. v. 1.</p> <p>Disponível em:</p>

<https://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/Livro+Didatica+Profissional-VFINAL-ISBN-online.pdf/9367b0c5-009e-4552-9330-2503828e71ad>.

GRUBER, Crislaine. **ERGON-EP: aplicação da Ergonomia da Atividade na concepção de cursos da Educação Profissional**. 2019. 166 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, 2019.

### Bibliografia Complementar

GRUBER, Crislaine et al. Desenvolvimento de projetos de cursos na Educação Profissional: uma revisão de literatura. **Boletim Técnico do Senac**, v. 45, p. 117-137, 2019.

GÜÉRIN, F. et al. **Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia**. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

MULDER, M. (Ed.). **Competence-based Vocational and Professional Education: bridging the worlds of work and education**. Springer, 2017.

NORTON, Robert E. **DACUM Handbook**. 2. ed. Columbus: Ohio State University Press.,1997. PASTRÉ, Pierre. A análise do trabalho em didática profissional. Trad. Olivier Allain e Crislaine Gruber. **Revista brasileira Estudos pedagógicos**, Brasília, v. 98, n. 250, p. 624-637, set./dez. 2017.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf>>.

<b>Nome do Componente ou Disciplina:</b> Práticas Inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica	
<b>Carga Horária:</b> 40h	Obrigatória
<b>Objetivos</b>	
Saber debater e problematizar o papel do currículo na educação profissional e Tecnológica inclusiva. Discutir, criticamente, o planejamento da prática educativa para que o currículo contemple adequações necessárias para o atendimento das diferenças e das especificidades da educação profissional. Compreender a prática da avaliação do aproveitamento escolar do aluno com deficiência.	
<b>Ementa</b>	
Modelos teóricos sobre deficiência: implicações históricas, conceituais e políticas. Deficiência, constituição do sujeito e práticas sociais. Deficiência e trabalho. Público-alvo da Educação Especial na interface com a EPT. Práticas inclusivas na Educação Profissional. Acessibilidade e tecnologias assistivas.	
<b>Conteúdo</b>	
<p>Modelos teóricos da deficiência: perspectivas históricas, legais e científicas</p> <p>O processo ensino-aprendizagem da pessoa com deficiência</p> <p>A inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho.</p> <p>Práticas pedagógicas tradicionais e inclusivas</p> <p>Avaliação no processo ensino-aprendizagem</p> <p>Acessibilidade e tecnologias</p> <p>O atendimento educacional especializado</p>	
<b>Metodologia e Recursos Utilizados</b>	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.	
<b>Avaliação da Aprendizagem</b>	

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

### Bibliografia Básica

- BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: Assistiva, 2017. Disponível em: <[https://www.assistiva.com.br/Introducao\\_Tecnologia\\_Assistiva.pdf](https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf)>.
- BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades especiais**. 2 ed. Coordenação Geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2007. Disponível em: < [http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica\\_nacional\\_educacao\\_especial.pdf](http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf)>.
- Acesso em: 04 abril 2018. DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- FRANÇA, Tiago Henrique. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. **Lutas Sociais**, [S.l.], v. 17, n. 31, p. 59-73, dez. 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/25723>>.
- FREITAS, Marcos Cezar de. **O aluno incluído na educação básica: avaliação e permanência**. São Paulo: Cortez, 2013.
- SONZA, Andréa Poletto; SALTON, Bruna Poletto; DALL AGNOL, Anderson. **Reflexões sobre o currículo inclusivo**. Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: < <https://cta.ifrs.edu.br/livro-reflexoes-sobre-o-curriculo-inclusivo/>>. Acesso em abril de 2020.

### Bibliografia Complementar

- JESUS, D. M. de; VICTOR, S. L.; GONÇALVES, A. F. S. (org.). **Formação, práticas pedagógicas e inclusão escolar no Observatório Estadual de Educação Especial** [recurso eletrônico] /São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2015. Disponível: <\_06/editora/formacao.pdf" [HYPERLINK "http://abpee.net/homepageabpee04\\_06/editora/formacao.pdf"](http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf)["http://abpee.net/homepageabpee04\\_06/editora/formacao.pdf"](http://abpee.net/homepageabpee04_06/ediHYPERLINK )tora/formacao.pdf>.
- Acesso em: 18 de maio de 2018.
- PLETSCH, M. D. Educação Especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem. **Revista Poiesis Pedagógica**. Catalão/GO, v. 12, nº 1, p. 7-26, 2014.
- Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/31204/16802>. Acesso em: 28 nov. 2014.
- SALTON, Bruna Poletto; DALL AGNOL, Anderson; TURCATTI, Alissa. **Manual de acessibilidade em documentos digitais** / Bruna Poletto Salton,. – Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2017.
- SMITH, D. D. **Introdução à educação especial: ensinar em tempos de inclusão** (5a. ed.). Porto Alegre, Artmed, 2016. [Minha Biblioteca]
- VALLE, J. W; CONNOR, D. J. **Ressignificando a deficiência-** a Abordagem Social Às Práticas Inclusivas na Escola. Amgh Editora, 2014. [Minha biblioteca]

<b>Nome do Componente ou Disciplina:</b> Pesquisa e Extensão Tecnológicas em Educação Profissional e Tecnológica	
<b>Carga Horária:</b> 40h	Obrigatória
<b>Objetivos</b>	
Compreender a articulação entre ensino, pesquisa e extensão na produção do conhecimento, na prática pedagógica e profissional. Compreender o trabalho, a pesquisa e a extensão como princípios educativos. Saber elaborar propostas de pesquisa e extensão articuladas ao ensino com foco no desenvolvimento socioeconômico. Entender a inovação como processo de intervenção tecnológica e social, aplicando-o nas atividades pedagógicas e educacionais. Discutir as contribuições da curricularização da extensão para a formação integral humana e na retroalimentação de saberes e ações para promoção de mudanças na sociedade. Analisar a importância da integração das escolas técnicas com o setor produtivo na perspectiva da formação integral para o mundo do trabalho.	
<b>Ementa</b>	
Articulação entre ensino, pesquisa e extensão. O trabalho como princípio educativo e para pesquisa e extensão. Pesquisa e extensão tecnológicas como prática de ensino: estudos de casos. Curricularização da extensão. Tipos de pesquisa e de extensão e suas metodologias aplicadas à EP. A inovação como processo de intervenção tecnológica e social. Lei da inovação (Lei 13.243/2016 e Decreto 9283/2018). Articulação entre escola técnica e setor produtivo (com estudos de casos).	
<b>Conteúdo</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.</li> <li>O trabalho como princípio educativo.</li> <li>A articulação entre trabalho, pesquisa e extensão.</li> <li>Tipos de pesquisa e de extensão e suas metodologias e aplicação na Educação Profissional.</li> <li>Inovação e seu papel tecnológico e social.</li> <li>A extensão nos currículos escolares.</li> <li>A integração das escolas técnicas com o setor produtivo.</li> </ul>	
<b>Metodologia e Recursos Utilizados</b>	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.	
<b>Avaliação da Aprendizagem</b>	
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.	

<b>Bibliografia Básica</b>
<p>BARREIRO, José Henrique De L. C. Dieguez; TURRA, Frederico Antonio. Um Estudo Exploratório Sobre Extensão Tecnológica: Suas Bases e Fundamentos para a Gestão de Políticas Públicas. In: <b>XI CAMARGO, Célia Reis (org). Experiências Inovadoras de Educação Profissional: memória em construção de experiências inovadoras na qualificação do trabalhador</b>. São Paulo: UNESP, 2002. GRAY, David E. <b>Pesquisa no mundo real</b>. Trad. Roberto Cataldo Costa. 2.ed. Porto Alegre: Penso, 2012.</p> <p>JULIANI, D. P. et al. Inovação social: perspectivas e desafios. <b>Revista Espacios</b>, v. 35, n. 5, 2014. PEREIRA, André Ferreira. <b>Metodologia científica e inovação tecnológica: desafios e possibilidades</b>. Brasília, DF: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2012.</p>
<b>Bibliografia Complementar</b>
<p><b>SEMINÁRIO LATINA-IBEROAMERICANO DE GESTIÓN TECNOLÓGICA</b>, 11., 2005, Salvador. Artigo. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: &lt;<a href="https://www.researchgate.net/publication/295869631_Um_Estudo_Exploratorio_Sobre_Extensao_Tecnologica_Suas_Bases_e_Fundamentos_para_a_Gestao_de_Politiclas_Publicas">https://www.researchgate.net/publication/295869631_Um_Estudo_Exploratorio_Sobre_Extensao_Tecnologica_Suas_Bases_e_Fundamentos_para_a_Gestao_de_Politiclas_Publicas</a>&gt;</p> <p>BMEC. <b>Pesquisa Básica e Pesquisa Aplicada</b>. 2014. Disponível em: &lt;<a href="http://ibmec.org.br/geral/pesquisa-basica-e-pesquisa-aplicada/">http://ibmec.org.br/geral/pesquisa-basica-e-pesquisa-aplicada/</a>&gt;. Acesso em: 14 jun 2018. BRASIL, Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. <b>Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação</b>. Disponível em: &lt;<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm</a>&gt;. Acesso em: 25 mai 2020. BRASIL, Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018. <b>Estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo</b>. Disponível em: &lt;<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9283.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9283.htm</a>&gt;. Acesso em: 25 mai 2020.</p>

<b>Nome do Componente ou Disciplina:</b> Trabalho Final de Curso	
<b>Carga Horária:</b> 30h (20h teórica e 10h prática)	Obrigatória
<b>Objetivos</b>	
Exercitar as competências didáticas no ambiente de Educação Profissional e compreender a Escola Técnica como uma comunidade de práticas de EP	
<b>Ementa</b>	
Imersão no ambiente de formação profissional. Observação de aulas teóricas e práticas na educação profissional. Levantamento e análise de informações pedagógicas. Desenvolvimento de projeto de intervenção na prática docente. Socialização dos projetos.	
<b>Conteúdo</b>	
Revisão das principais atividades desenvolvidas ao longo do curso para subsídio à intervenção Construção do Projeto de intervenção; Escolha de procedimentos, técnicas e métodos sintonizados à formação profissional; Implementação do Projeto de intervenção Elaboração de relatório de atividades	
<b>Metodologia e Recursos Utilizados</b>	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável	

pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

### **Avaliação da Aprendizagem**

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

### **Bibliografia Básica**

MELLÃO, M; RIBEIRO, D. G; PINHA, M. L. S. **Observações em sala de aula, algumas percepções**. Colloquium Humanarum, v. 11, n. Especial, p. 1042-1049. jul./dez. 2014.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002. TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005

### **Bibliografia Complementar**

DTE. **Design Thinking para educadores**. Disponível em <<http://www.dtparaeducadores.org.br>>. Acesso em 10 jul. 2017.

VIANNA, H. M. **Pesquisa em educação: observação**. Brasília: Plano, 2003.

#### **4.2.1. Metodologia**

Este curso será desenvolvido em dois semestres letivos, na modalidade a distância. As atividades educativas incluem:

material didático digital, com textos disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem, permitindo que o aluno possa salvar ou imprimir, caso queira;

vídeoaulas para aprimoramento e revisão dos conteúdos;

indicação de leitura e material suplementar, para pesquisas futuras e produções individuais e coletivas;

gravação em áudio do material escrito, a critério docente;

atividades educativas para exercitar os conteúdos e reflexão sobre os principais

temas;

atividade síncrona online realizadas com os professores formadores e professores mediadores do curso;

atividades diversas e relevantes para a formação do docente da EPT, incluindo: imersões em atividades laborais e educacionais reais, compartilhamento de práticas, experiências, projetos, conteúdos e percepções inovadoras na EPT;

atividades de pesquisa e elaboração de relatórios individuais ou em grupos;

indicação de bibliografia atualizada para aprofundamento de estudos;

fórum de dúvidas e discussões sobre temas das aulas;

diário de bordo para elaboração e planejamento de práticas;

materiais acessíveis (Libras, legenda e Audiodescrição) para o caso de alunos com surdez ou deficiência visual;

sistema de mensagens para acesso aos professores mediadores ou à Coordenação do Curso.

Todo o material didático constará de textos elaborados pelos professores ditos conteudistas (planejam e elaboram os conteúdos das unidades curriculares definidas), que também serão os professores formadores, com o máximo de imagens, gráficos, tabelas, hiperlinks ou vídeos para enriquecer a aprendizagem, bem como de material de outras fontes pertinentes às temáticas estudadas.

Neste Projeto o professor formador, além de preparar todo o material didático a ser usado na disciplina, incluindo as avaliações, participará de atividades letivas durante a implementação da disciplina, participando de interações síncronas, supervisão de mediadores e solução de dúvidas e procedimentos nas atividades discentes e avaliativas.

Este curso terá dois módulos de atividades letivas, que se subdividiram em blocos, agrupando disciplinas para que atuem de forma interdisciplinar, inclusive com avaliações integradas e tarefas avaliativas comuns, exercitando os princípios da educação por competência, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (2012, 2021):

- **1ª Etapa:**

O curso se iniciará com uma abertura formal, com autoridades da SETEC e do IFES, seguida pela disciplina “Ambientação em Educação a Distância”, que iniciará os alunos na educação a distância e no uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA. Com duração de quatro semanas, garantindo o domínio pleno do AVA.

- **2ª Etapa:**

Nesta etapa serão oferecidas simultaneamente duas disciplinas: “Epistemologia da Educação Profissional”, “Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional”, na sequência serão oferecidas simultaneamente as disciplinas:

“Tecnologias Educacionais para a Educação Profissional” e “Didática para a Educação Profissional e Tecnológica”. Os dois blocos de disciplinas nesta etapa preveem atividades avaliativas integradas síncronas, exercitando a interdisciplinaridade na formação docente.

- **3ª Etapa:**

Nesta última etapa serão oferecidas as disciplinas “Projeto Pedagógico na Educação Profissional”, “Práticas Inclusivas na Educação Profissional”, “Pesquisa e Extensão Tecnológicas na Educação Profissional e Tecnológica”, “Libras” e “Trabalho Final de Curso”. As duas primeiras ofertadas simultaneamente; e em seguida as outras duas e, por fim, o TFC. Estas disciplinas também realizarão atividades avaliativas integradas síncronas.

Recomenda-se que enquanto as disciplinas de Pesquisa e Extensão Tecnológicas em Educação Profissional e Tecnológica e Libras estejam acontecendo, os alunos possam dar início às pesquisas e às intervenções educativas na EPT.

#### **4.2.2. Avaliação do Processo Ensino e de Aprendizagem**

A avaliação da aprendizagem obedecerá às determinações do Regulamento de Organização Didática do Ifes - ROD, no que couber, incluindo as seguintes especificidades: avaliação da aprendizagem deve ter como referência o perfil profissional, os objetivos e as competências descritas neste projeto, além dos saberes de cada componente curricular. A avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico, a orientação e a reorientação do processo de aprendizagem visando a construção de saberes.

Os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados, constando no plano de ensino da cada unidade curricular, estimulando o aluno à: pesquisa, reflexão e criatividade.

As avaliações de cada unidade curricular podem constar de:

- observação da participação dos alunos pelos professores, no AVA e nas atividades síncronas;
- trabalhos de estudo ou pesquisa individual ou em grupo;
- produção textual, com orientação docente;
- exercícios de fixação ou aprimoramento como jogos e roteiros dirigidos;
- planejamento e execução de projetos;
- relatórios referentes aos trabalhos, experimentos ou atividades extraclasse;
- atividades práticas referentes à formação docente, entre outros.

Os critérios de aprovação incluem o desempenho satisfatório nas atividades avaliativas, cuja aprovação acontece pelo cumprimento de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de pontos, numa escala de zero a cem. Os alunos que não atingirem nota superior a sessenta serão desligados do curso, conforme regulamento.

A recuperação de estudos compreenderá a realização de nova atividade no decorrer do período letivo, visando a promoção da aprendizagem. As novas atividades poderão conter estratégias alternativas que atendam necessidades específicas, tais como atividades

sistemáticas em horário de atendimento paralelo ou estudos dirigidos. Ao final dos estudos de recuperação, o aluno será submetido a nova avaliação, prevalecendo sempre o maior valor entre o obtido na avaliação realizada antes da recuperação e o obtido na avaliação após a recuperação.

A avaliação do curso ocorrerá, regularmente, por meio dos instrumentos da Comissão Própria de Avaliação – CPA. Será, também, promovida pela Coordenação do Curso por meio de questionário a ser aplicado aos estudantes ao final de cada unidade curricular. Os dados dessas avaliações estarão disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem e os professores terão acesso visando contribuir na revisão de suas práticas e estrutura da unidade curricular nas próximas ofertas.

#### **4.2.3. Trabalho Final de Curso - TFC**

Segundo o artigo 53, parágrafo segundo, alínea II da Resolução CNE/CP nº 01/2021, no que trata da formação docente para a EP, estabelece:

II - participar de curso de pós-graduação lato sensu de especialização, de caráter pedagógico, voltado especificamente para a docência na educação profissional, devendo o TCC contemplar, preferencialmente, projeto de intervenção relativo à prática docente em cursos e programas de educação profissional;

O presente projeto estabelece que o Trabalho Final de Curso (TFC) seja um projeto de intervenção na prática docente aprovado por banca examinadora, ou seja, o planejamento, implementação e avaliação de um processo educativo na Educação Profissional e Tecnológica, a ser desenvolvido individualmente por cada estudante, com fundamentação a partir do conteúdo trabalhado nas disciplinas do curso.

Será disponibilizado material instrucional, bem como capacitação aos professores mediadores, os quais mediarão a elaboração e execução do trabalho final e também aos coordenadores estaduais para que possam realizar os preparativos e o acompanhamento da elaboração e apresentação do TFC.

Como se trata de uma intervenção, a elaboração e a construção desta intervenção caberá ao aluno, com as orientações do professor formador e do professor mediador.

As bancas de defesa serão compostas pelo professor mediador, coordenador estadual e um convidado externo, que avaliarão o aluno e a média das avaliações comporá a nota final da defesa. As defesas poderão acontecer virtualmente, em plataforma virtual.

O desenvolvimento do TFC prevê a seguinte estrutura mínima:

a disciplina de TFC providenciará reflexões e material para elaboração do projeto de intervenção e cada aluno escolherá um curso de EPT ofertado por uma escola técnica e contactará o coordenador do curso e um docente para entrevistar sobre os desafios da EPT;

este aluno solicitará autorização para ministrar uma aula ou realizar uma atividade educativa com alunos desse curso de EPT (preferencialmente técnico);

o professor da disciplina receberá um formulário de avaliação para preencher e devolver ao coordenador local, como parte da avaliação da atividade;

o aluno deverá inserir no AVA Moodle seu projeto de intervenção, relatório da atividade e o formulário de avaliação, para posterior análise do tutor a distância;

caso a avaliação seja insuficiente, uma nova oportunidade será recomendada ao aluno, como atividade de recuperação (período definido no calendário do curso).

#### **4.2.4. Atividades de atendimento aos estudantes**

A condução de todo o curso compõe-se de um conjunto de profissionais da educação agindo em diferentes níveis e atividades para garantir a implementação do mesmo, o apoio ao estudante e o perfeito cumprimento de toda a formação aqui definida, incluindo o atendimento aos estudantes com necessidades específicas, com apoio do Napne e das diferentes coordenações. Alguns deles terão contato direto com os estudantes, a saber:

Professor mediador (análogo ao Tutor a distância das ofertas de Curso UAB): profissionais que atenderão remotamente às demandas de coordenadores locais e de alunos, referentes às atividades letivas e de registro escolar, além de participar na correção das avaliações, conforme Plano de Ensino de cada disciplina. Também colaborarão, ainda, na implementação e na avaliação da Intervenção Pedagógica.

Coordenador estadual: é um servidor da Secretaria de Educação (ou equivalente) em cada estado, responsável pela articulação da oferta, seleção dos coordenadores locais, escolha dos polos de apoio presencial e implementação do processo seletivo e acompanhamento da implementação de todo o projeto, mantendo contato entre a esfera estadual e a SETEC - MEC. É o profissional que terá contato com os alunos, organizando os espaços físicos e materiais necessários ao desenvolvimento da atividade presencial e das atividades síncronas nos polos, supervisionando-as.

### **5. Estágio**

Não haverá estágio no curso.

### **6. Avaliação do curso**

Ao final do curso, a Coordenação providenciará formulário eletrônico de avaliação a ser preenchido pelos alunos, como instrumento de realimentação para as possíveis novas ofertas, caso estas aconteçam. A avaliação geral do curso será composta pelas avaliações de disciplina e avaliação final do curso.

### **7. Referências**

BARATO, Jarbas Novelino. **Fazer bem feito: Valores em educação profissional e tecnológica**. Brasília: UNESCO, 2015.

BRASIL. **Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996**. 1996. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 26 de março

de 2020. BRASIL. **Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. 2008. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm). Acesso em:

26 de março de 2020.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nr. 11/2012**. 2012. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category\\_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 26 de março de 2020

BRASIL. **Decreto 9.057 de 2017**. 2017. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm). Acesso em 26 de março de 2010

BRASIL. Resolução CNE/CEB 06 de 2012. 2012. Disponível em :

BRASIL. **Resolução CNE CES 01 de 2018**. 2018. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>. Acesso em 26 de março de 2020. CLOT, Yves. **La fonction psychologique du travail**. Paris: PUF, 1999.

DURRIVE, L. **A atividade humana, simultaneamente intelectual e vital:**

esclarecimentos complementares de Pierre Pastré e Yves Schwartz. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 9, supl.1, p. 47-67, 2011. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/tes/v9s1/03.pdf>>

GARÇON, Anne-Françoise. **Les techniques et l'imaginaire. Une question incontournable pour l'historien**. Hypothèses, 1, p.221-228, 2005.

GOUDEAUX, A.; POIZAT, G.; DURAND, M. Transmissão cultural, formação profissional e educação de adultos: para uma epistemologia da ação. **Trabalho & Educação**. v. 28, n. 2, p.15-50, maio-ago, 2019. GÜÉRIN, F. et al. **Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia**. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

HAUDRICOURT, André-Georges. **La Technologie science humaine**. Recherches d'histoire et d'ethnologie des techniques. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

JONNAERT, P. **Competências e socioconstrutivismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated Learning. Legitimate Peripheral Participation**. New York: Cambridge University Press, 1991.

MAUSS, M. **Les techniques du corps**. Edição eletrônica editada por Jean-Marie Tremblay, pelo Cégep, Chicoutimi (CA), 2002. Originalmente publicado em: Journal de Psychologie, XXXII, ne, 3-4, 15 mars - 15 Avril 1936. Disponível em:

<[http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss\\_marcel/socio\\_et\\_anthropo/6\\_Techniques\\_corps/techniques\\_corps.pdf](http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/socio_et_anthropo/6_Techniques_corps/techniques_corps.pdf)>.

MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. de M. **As estatísticas da Educação Profissional: silêncios entre os números da formação de trabalhadores**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

MORAES, Gustavo Henrique. **Identidade de Escola Técnica vs. Vontade de Universidade: a formação da Identidade dos Institutos Federais**. Tese (Doutorado em Educação) -

Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PASTRÉ, P. **A análise do trabalho em Didática Profissional**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. [online]. 2017, vol. 98, n. 250, pp. 624-637. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf>>

ROSE, M. **O saber no trabalho: valorização da inteligência do trabalhador**. São Paulo: Senac, 2007. SENNETT, Richard. **O Artífice**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SIGAUT, F. **Comment homo devient faber**. Paris: CNRS Éditions, 2012.

SIGAUT, François. **L'évolution technique des agricultures européennes avant l'époque industrielle**.

1985. Disponível em: . Acesso em: 8 ago. 2018.

SIGAUT, François. **Haudricourt et la technologie**. Preface. In: HAUDRICOURT, A. G. La technologie de la science humaine: recherche d'histoire et d'ethnologie des techniques. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987. p. 1-30. Disponível em: . Acesso em: 8 ago. 2019.

SIGAUT, François. **Techniques, technologies, apprentissage et plaisir au travail**.

Techniques & Culture, n. 52, p. 40-49, 2009. 2016.

VERGNAUD, Gérard; PASTRÉ, Pierre; MAYEN, Patrick. "La didactique professionnelle". In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. **Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia**. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. WENGER, E. **Communities of practice: learning, meaning and identity**. Cambridge, MA: Cambridge University, 1998.

WOLLINGER, Paulo. **Educação em Tecnologia no Ensino Fundamental: Uma Abordagem Epistemológica**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

### **Reelaboração do Projeto:**

Larissy Alves Cotonhoto, Mariella Berger e José Mário Costa Junior

### **Colaboradores da elaboração do Projeto Inicial:**

Olivier Allain, Marilza Regattieri, Joelma Kremer, Crislaine Gruber, Joedna Hubner, Monica Arrevabeni, Danielli Sondermann, Wesley Vitor da Silva.

Vitória-ES, março de 2023.